

EDIÇÃO ESPECIAL AGROPECUÁRIA

paraná cooperativo

Ano 5
Número 56
Março - 2010



Av. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br

**SEMEAR
IDEIAS
COLHER
RESULTADOS**

**Reinhold Stephanes: três anos marcados por uma
gestão democrática e de realizações no Mapa**

ESCOLHA O QUE É NOSSO



ONDE TEM COOPERATIVA, TEM QUALIDADE. SE É DO PARANÁ, TODO MUNDO GANHA.

Quando você compra um produto ou utiliza algum serviço de uma cooperativa do Paraná, você não está apenas comprando ou utilizando um serviço ou produto de qualidade. Você está ajudando a movimentar uma das engrenagens mais importantes da nossa economia. Hoje, as nossas cooperativas participam de todas as áreas de negócios: agropecuária, saúde, crédito, transporte, consumo, educação, habitação, infraestrutura, mineração, trabalho, turismo e lazer. Sempre com o padrão de excelência e com os cuidados que são marca de tudo que é feito no Paraná: com a higiene e bem-estar dos animais, cuidado no processo agroindustrial, cuidado na administração dos serviços, somados ao cuidado com o meio ambiente. Por isso, nossos produtos estão presentes nos principais pontos de venda do Brasil e mais de 80 países. Porque são feitos com o que existe de mais avançado. E, por isso também, a gente pede a sua atenção: na hora de comprar qualquer produto ou utilizar qualquer serviço, procure aqueles que são de cooperativas. Os produtos e serviços das cooperativas do Paraná têm uma garantia que nenhum outro tem. A garantia de origem. A garantia da qualidade que você conhece.



Stephanes: transparência e diálogo

João Paulo Koslovski

Presidente do
Sistema OCEPAR



O Brasil é um dos expoentes no agronegócio mundial, se destacando pela produtividade no setor agropecuário, pelos investimentos em tecnologia e em sanidade, agregação de valor à produção primária, e visão empreendedora e sustentável dos nossos produtores rurais. Mas um cenário como o que vislumbramos hoje não se constrói sem ajuda e, principalmente, sem a compreensão nas várias esferas do governo da realidade daqueles que vivem no campo, percepção necessária para que o país possa produzir mais e com qualidade.

É por este motivo que fazemos um balanço nesta edição da Revista Paraná Cooperativo das ações realizadas por Reinhold Stephanes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), principalmente, no que se refere ao setor cooperativista. Tivemos, por exemplo, a criação de programas específicos e que vinham sendo pleiteados há muitos anos, como o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (ProcapAgro). Obviamente, alguns pontos ainda precisam ser solucionados, como a desburocratização do acesso aos recursos deste programa, mas o fato é que a sua criação já foi viabilizada.

Outro aspecto a ser reconhecido foi o aumento substancial de recursos para o financiamento agrícola, que cresceram 79% em três anos. O orçamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) saltou de 60 bilhões (2006/2007) para 107,5 bilhões de reais (2009/2010). Orçamento maior que foi acompanhado por linhas de crédito diversificadas, voltadas às demandas de cada setor beneficiado e com uma taxa de juros anual que caiu de 8,75% para 6,75%.

De forma geral, há ainda outras questões pendentes, como a ampliação dos instrumentos de seguro rural e a definição do Código Florestal Brasileiro. Mas seria injusto focar o balanço da gestão do ministro Stephanes nas pendências e ignorar as conquistas obtidas em apenas três anos, tempo que durou a sua gestão.

Reinhold Stephanes assumiu a pasta de ministro em 2007. Filho de pequenos produtores rurais e, consequentemente, sensível aos problemas enfrentados no meio rural, mostrou-se logo no início um defensor incansável dos interesses da agricultura e do cooperativismo. Por muitas vezes, quebrou paradigmas e enfrentou as situações de conflito com uma postura coerente e objetiva. Nos debates envolvendo as questões ambientais, que foi um dos fatos mais emblemáti-

cos da sua gestão, agiu com coragem e transparência diante das críticas daqueles que culpavam a agropecuária pelos problemas ambientais. Com argumentos técnicos, mudou o foco das discussões, demonstrando, principalmente para a população urbana, que a responsabilidade pela preservação ambiental é de todos, e não apenas de um segmento específico da população, e que o grande desafio está em continuar produzindo, mas em equilíbrio com o meio ambiente.

Também procurou ampliar o apoio à agropecuária, não somente no Paraná, mas em todo o país, através de uma linha de ação que buscava fortalecer o Mapa dentro das estruturas do governo federal. Na outra ponta, desenvolveu uma relação de diálogo e parceria com o setor produtivo, em especial, com as cooperativas paranaenses, mostrando-se aberto aos pleitos e disposição para ouvir e defender as nossas propostas, inclusive junto à Presidência da República.

Tal manifestação de apoio resultou em conquistas, entre as quais, o sucesso nas renegociações das dívidas agrícolas, a redução dos juros, a implementação de medidas de apoio à comercialização, bem como o início da construção de uma política que visa a garantia de renda para o produtor.

Reinhold Stephanes foi um grande articulador, trazendo o Ministério da Fazenda, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), e outros ministérios para discutirem e buscarem soluções aos problemas que afligiam o setor. Em todos os embates de interesse do homem do campo, o ministro Stephanes soube, com grande competência, defender e se posicionar com firmeza na busca por medidas efetivas para o agronegócio. Deixa um legado importante na discussão da política de fertilizantes, do código florestal, no apoio à comercialização das safras e até mesmo no chamamento das entidades do setor produtivo para que participem mais ativamente das políticas de interesse ao segmento agropecuário.

Esperamos que o comportamento ético, as discussões técnicas, o diálogo, a transparência, entre outras características que pautaram a gestão de Reinhold Stephanes, tenham continuidade no Mapa. Também torcemos para que haja maior engajamento do setor produtivo nas decisões de governo e que os pontos estruturantes que ainda estão pendentes sejam solucionados. Afinal, uma agropecuária desenvolvida fortalece a economia do país, gera renda para a família rural e traz desenvolvimento econômico e social para as comunidades locais.

As reivindicações do cooperativismo

As propostas das cooperativas do Paraná e da Ocepar para o Plano Safra 2010/2011 foram entregues ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O documento, elaborado em conjunto com a Faep e a Secretaria Estadual da Agricultura, sugere programas e ações de incentivo ao setor agropecuário. Mais do que a ampliação dos recursos para o financiamento agrícola, o cooperativismo se posiciona buscando medidas que garantam a renda do produtor, por meio de uma política adequada de preços e comercialização, além da utilização de instrumentos de seguro rural que minimizem perdas e evitem o círculo vicioso do endividamento.

A Ocepar apresentou também três propostas de novos programas que visam contribuir para a expansão das cooperativas: o Programa Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas no Arenito Caiuá, e o Programa de Varejo para o Cooperativismo. As propostas sugeridas para inclusão no Plano Safra contemplam ações de incentivo à sustentabilidade, desenvolvimento tecnológico e agregação de valor. São fatores estratégicos para o plano de crescimento do setor, que precisa se fortalecer e ampliar sua competitividade. A Ocepar sugere ainda ajustes em instrumentos de apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), como o Prodecoop, Moderagro, Produsa e Procap-Agro. O objetivo é desburocratizar e ampliar o alcance de programas já existentes e úteis, mas que podem ser aperfeiçoados.

As propostas apresentadas pelo cooperativismo estão detalhadas nesta edição da revista Paraná Cooperativo, que traz uma ampla cobertura sobre as reivindicações entregues ao ministro Stephanes. Nesse contexto, um retrospecto dos últimos anos mostra que houve avanços em temas importantes para o setor, mas os desafios ainda são imensos. Avanços que lideranças do cooperativismo creditam ao trabalho realizado por Stephanes, que é o entrevistado especial desta edição. A revista mostra também a performance recorde das exportações das cooperativas paranaenses, e o lançamento, feito pela OCB em Brasília, da Agenda Parlamentar do Cooperativismo.

Boa Leitura!

6



Entrevista: o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, faz um balanço do trabalho realizado nos três anos de sua gestão



14

Especial: em três anos, orçamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) saltou de 60 bilhões para 107,5 bilhões de reais

20



Paraná pede 130 bilhões de reais para o Plano Safra 2010/2011, redução de juros e manutenção dos preços mínimos

26 Ocepar pede linha de crédito para desenvolver produtos destinados ao varejo

24



Ocepar propõe novos programas de investimentos para ampliar a competitividade e a sustentabilidade das cooperativas



Exportações das cooperativas paranaenses cresceram em 2009 e estado lidera ranking nacional

34



40

OCB e Frencoop lançam a Agenda Legislativa 2010: posicionamento em relação aos projetos em tramitação no Congresso Nacional

30 Entidades do Paraná propõem medidas para o Plano de Trigo, Cevada e Aveia – Safra 2010

36 Tecnologia: Ocepar promove ciclo de palestras sobre agronegócio no Show Rural Coopavel

SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Áureo Zamprônio
Frans Borg
Valter Pitol
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Paulino Capelin Fachin
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Manfred Alfonso Dasenbrock
Edvino Schadeck
Dilvo Grolli
Valter Vanzella
Renato José Bezeze
Luiz Lourenço
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl

Conselho Fiscal

Ricardo Silvio Chapla
Miguel Rubens Tranin
Gaspar de Geus

Suplentes

Paulo Henrique Cariani
Antônio Sérgio de Oliveira
Valdir Luiz Ferst

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Valter Pitol
Luiz Lourenço
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo

Suplentes

Frans Borg
Jorge Karl
Célia Hoffmann
Evandro Scheid Ninaut

Conselho Fiscal

Luiz Humberto de Souza Daniel
Gabriel Nadal
Eurico Woitowicz

Suplentes

Almir Montecelli
Francisco Augusto Sella
Carmem Teresa Zagheti Reis

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Edição:** Ricardo Rossi e Marti Vieira. **Apoio e Diagramação:** Israel Felipe Silva. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Foto Capa:** Assessoria C.Vale. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho. **Fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

Reinhold Stephanes

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Agropecuária no centro do debate nacional

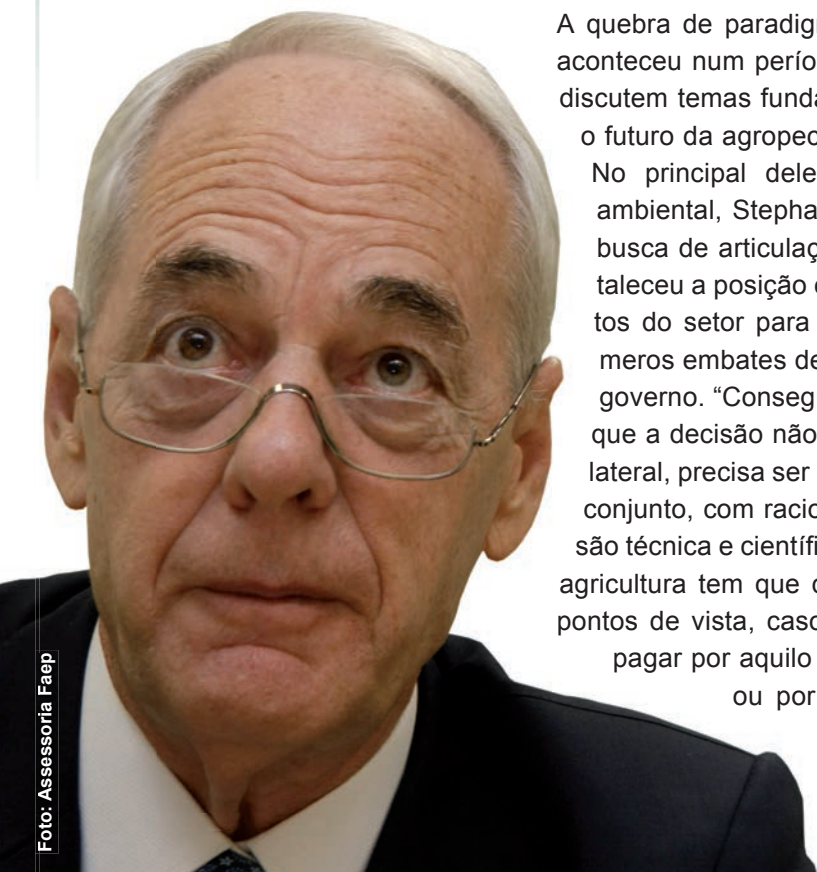
“**A** credito que tenha conseguido colocar a agropecuária no centro dos debates do governo. Entendo que o setor, pela importância que tem, precisa participar mais do processo decisório do país”, avalia o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes. Depois de três anos no comando da pasta, Stephanes deixará o cargo para disputar uma vaga na Câmara Federal. Ministro pela terceira vez, ele afirma ter sido esta última a que mais o satisfaz. “Consegui me identificar com a agricultura brasileira e tive a confiança do setor”. Confiança conquistada, segundo Stephanes, com diálogo e posicionamento firme frente aos principais desafios

da agropecuária. “Dessa forma adquirimos conhecimento e informação para construir em conjunto um plano de trabalho”, explica. Com respeito à opinião de dirigentes e lideranças cooperativistas, para os quais a capacidade de articulação e negociação foi uma das marcas da gestão de Stephanes, o ministro diz ser uma característica pessoal sempre ouvir os argumentos de todos os segmentos. “Hoje existe uma nova mentalidade no Mapa, ninguém mais decide de forma onipresente. Existe abertura para o diálogo e entendimento, os produtores são ouvidos e os argumentos são debatidos. O que acontecia antes era que em muitos momentos os ministros ou o próprio Ministério agiam de forma autossuficiente”, ressalta.

A quebra de paradigmas no Mapa aconteceu num período em que se discutem temas fundamentais para o futuro da agropecuária no país. No principal deles, a questão ambiental, Stephanes atuou em busca de articulação, o que fortaleceu a posição e os argumentos do setor para enfrentar inúmeros embates dentro e fora do governo. “Conseguimos mostrar que a decisão não pode ser unilateral, precisa ser construída em conjunto, com racionalidade e visão técnica e científica”, afirma. “A agricultura tem que defender seus pontos de vista, caso contrário vai pagar por aquilo que não deve ou por aquilo que o

setor urbano, que é o grande poluidor, deveria pagar e não paga”, enfatiza.

As mudanças no Código Florestal Brasileiro geraram divergências públicas com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, da mesma forma que o Plano Nacional de Direitos Humanos recebeu fortes críticas de Stephanes. “No documento condenou-se a produção de soja, o uso da biotecnologia e da nanotecnologia na agricultura, e ainda se sinalizou de forma favorável à invasão de terras. Não há como concordar com esses posicionamentos absurdos”. Na contabilidade dos êxitos de sua gestão, Stephanes destaca os avanços no comércio internacional, as melhorias das condições de rastreabilidade e sanidade animal e vegetal, e o impulso dado ao crédito agrícola e aos mecanismos de seguro rural e política de preços. O trabalho para diminuir a dependência do país no mercado de fertilizantes também teve avanços, culminando no novo marco regulatório mineral que visa estimular a exploração de jazidas nacionais. Com a sensação de missão cumprida, Stephanes ressalta a necessidade de maior participação política da agropecuária brasileira. “O setor tem que ter sua agenda de propostas, para dialogar e reivindicá-la de forma constante junto ao governo”, conclui.



Paraná Cooperativo - Como o senhor avalia o trabalho realizado no comando do Ministério da Agricultura?

Reinhold Stephanes - O ponto mais importante foi conseguir colocar a agricultura no centro do debate no país e introduzi-la nos debates do governo. Entendo que a agricultura precisa participar mais do processo decisório do país, se mostrar mais, pela importância que tem. Ou seja, as cooperativas, as associações, os sindicatos, as lideranças políticas, deputados, senadores que representam a agricultura precisam se articular mais, precisam ter uma agenda e colocá-la perante o governo e reivindicar de forma mais articulada e organizada. O Mapa procurou participar de todos os debates em relação às questões ambientais, direitos humanos, índice de produtividade, infraestrutura e logística, inclusive influímos agora nas discussões sobre as propostas a serem incluídas no PAC 2; no caso dos fertilizantes, que era um tema mais ligado ao Ministério de Minas e Energias, o Mapa chamou o debate para si. Não adianta o ministro ter sua agenda básica, mas o fundamental é que o setor tenha sua própria agenda e consiga mostrá-la e fazer com que o governo trabalhe em função do interesse de todo o setor agrícola. Além disso, nós conseguimos dar um novo passo em relação à pesquisa brasileira. Contribuímos em todas as discussões sobre infraestrutura e logística mostrando as dificuldades que existem e tendo conseguido incluir no PAC 2, obras que serão importantes para a agricultura. Sempre procuramos debater assuntos que têm grande impacto na agropecuária do país e antes eram monopólio de outros ministérios, e o setor precisa participar desses debates.

Paraná Cooperativo - Recentemente, missão da União Européia visitou o país e aprovou o sistema brasileiro de rastreabilidade para a carne bovina. Houve avanços na área de defesa sanitária animal e vegetal?

Reinhold Stephanes - Houve um avanço extraordinário. O Inácio Kroetz (secretário de Defesa Sanitária do Mapa) tem feito um trabalho muito bom. Os problemas que tínhamos com a União

Européia, Rússia, China, Estados Unidos, Chile, que eram abordados no dia a dia da imprensa e nas discussões do setor agropecuário, hoje são assuntos que praticamente desapareceram dos debates, porque nós conseguimos superá-los. O Brasil readquiriu um novo status em termos de confiança, e conseguiu harmonizar praticamente todas as suas questões sanitárias com os principais países compradores do mundo, e estamos hoje sendo bem avaliados em todas as auditorias que estão sendo feitas. Demos um passo importante. É claro que ainda se necessita de grandes investimentos em defesa sanitária, mas se deu uma nova visão e prioridade a esse setor, inclusive nesse ano, pela primeira vez na história, o Brasil se tornará livre de febre aftosa com vacinação. Já começamos a trabalhar no segundo passo, que é tornar-se livre de aftosa sem vacinação. Santa Catarina já conseguiu e o Paraná está se preparando para isso. Queremos trabalhar também na direção de São Paulo, Mato Grosso,

“**Procuramos participar ativamente de todos os debates, inclusive em temas que, embora afetem a agropecuária, eram monopólios de outros ministérios e setores**”

Mato Grosso do Sul, Rondônia e Minas Gerais, para evitar que se criem apenas ilhas, porque mantê-las é muito difícil, pela necessidade de se criar inúmeras barreiras com estados e países de status sanitários diferentes.

Paraná Cooperativo - É um trabalho que acontecerá por regiões? E quanto aos países vizinhos, há uma ação junto ao Cone Sul?

Reinhold Stephanes - A ideia é que seja feito por regiões do Brasil. Santa Catarina, por exemplo, está livre de aftosa sem vacinação, mas veja a dificuldade do estado em manter-se nesse status. Precisa ter um serviço de controle muito rigoroso com o Rio Grande do

Sul, Paraná e Argentina, que possuem status diferentes. Se liberarmos o Paraná, já facilita. O mesmo acontece em relação a SP, MG, RO. Quanto a América do Sul, países como Bolívia, Equador e Venezuela têm presença forte do vírus da aftosa, enquanto Argentina e Paraguai estão numa situação melhor. A fronteira seca brasileira é imensa e dá um trabalho grande controlar e evitar a circulação de bois entre os países. O ideal era que a região toda tivesse o status de livre de aftosa com vacinação, e o Brasil tem feito um trabalho de apoio, juntamente com organismos internacionais, para que façamos uma ação em conjunto em toda a América do Sul. Isso está acontecendo, mas não com a intensidade que gostaríamos.

Paraná Cooperativo - Quando assumiu o Ministério, o senhor enfatizou a necessidade de uma política agrícola de estímulo ao crédito, mas com mecanismos consolidados de seguro rural e o respaldo de um fundo de catástrofe. Dessa forma, também se reduziria o risco de endividamento crônico no setor. Como está a situação hoje?

Reinhold Stephanes - O endividamento é quase uma consequência da política agrícola. Se existe financiamento e não há um sistema de seguro e garantia de preços, os produtores utilizam os recursos, mas no primeiro problema climático ou de mercado que acontecer, a colheita diminui e a renda cai e eles não terão meios de pagar o que emprestaram. Na safra seguinte, oferece-se novo financiamento para esses produtores, e então teremos o endividamento. Muitos países resolveram essa distorção por meio de uma política onde há um casamento entre três pilares fundamentais: financiamento, seguro rural e política de preços. Há um trabalho forte nesse sentido no governo, para criar mecanismos que evitem o endividamento, mas é uma questão complicada, porque envolve toda a área econômica. Não adianta só o Mapa apresentar a proposta, tem que ser uma ação conjunta com o Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil. Mas os estudos estão sendo feitos, inclusive com a participação de representantes do setor produtivo. É um trabalho que deverá estar conclu-

ido e pronto para ser adotado na safra 2011/2012. Durante minha gestão atuamos com decisão na questão do endividamento agrícola, buscando dar mais tranquilidade ao campo por meio da re-negociação das dívidas.

Paraná Cooperativo - E quanto ao fundo de catástrofe?

Reinhold Stephanes - O fundo de catástrofe está previsto inicialmente em 4 bilhões de reais. Há uma discussão com o Ministério da Fazenda, que defende inicialmente 2 bilhões de reais. Possivelmente caberá ao presidente Lula decidir, e tenho a impressão que sua decisão será pelos 4 bilhões.

Paraná Cooperativo - Em 2009, cooperativas paranaenses e a Ocepar participaram de uma missão comercial à China. A viagem foi organizada pelo Mapa. O país tem sido eficiente na conquista de novos mercados para a agropecuária?

Reinhold Stephanes - Avançamos muito nos últimos anos no comércio internacional. Ampliamos o número de missões e intercâmbios e, com a harmonização sanitária, abrimos bons mercados. A China é um exemplo (eliminou as restrições à carne de frango produzida no Brasil), mas há também a Coreia do Sul e, no Japão, estamos quase em condições de uma maior abertura comercial. Há avanços, sobretudo nos países asiáticos, que hoje são os maiores consumidores dos produtos agrícolas brasileiros. Um ato emblemático no período é a criação da carreira dos adidos agrícolas, que já foram selecionados e treinados e estão sendo nomeados. Agora o Ministério da Agricultura terá, nos principais países do mundo, representantes diretos tratando dos interesses e negociações do setor. É uma reivindicação de 40 anos que se concretiza para prestar um grande serviço à agropecuária brasileira.

Paraná Cooperativo - Sua gestão no Mapa desde o início foi marcada pela abertura para o diálogo.

Reinhold Stephanes - O diálogo é fundamental e desde o início de minha gestão promovi essa abertura. Nenhum ministro pode considerar-se autossuficiente, até para que tenha mais força

conhecimento e informação para construir em conjunto um plano de trabalho do que necessitamos fazer. Mais importante que o ministro ter uma agenda de ações, é o setor agrícola ter sua agenda de propostas, para chegar e dialogar com o governo e reivindicá-las.

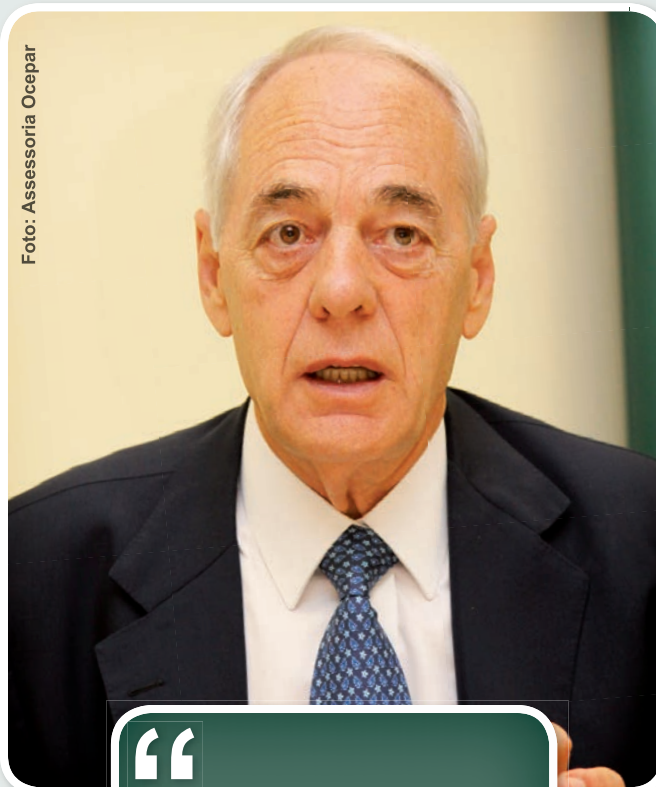
Paraná Cooperativo - O senso de articulação e negociação é uma característica pessoal que o senhor implantou no Mapa?

Reinhold Stephanes - Nesse caso é uma característica minha. Não estou dizendo que não tivemos outros ministros que agiram da mesma forma, mas houve muitos momentos em que os ministros ou o próprio Ministério se sentia autossuficiente. Por exemplo, o secretário de Defesa Sanitária se considerava autossuficiente, ele não foi ao Paraná discutir o problema do suposto caso de aftosa no estado em 2005. Não se dignou a discutir e tomar posições. Hoje é muito diferente, existe uma nova mentalidade que se deu ao Mapa como organização, quer dizer,

o secretário de Defesa Sanitária não age mais como alguém que decide de forma onipresente. Não, ele vai para o debate, visita, anda pelo interior, conversa com os produtores, aceita as sugestões, avalia os argumentos debatidos. Claro que existe norma, rigor e decisões que precisam ser tomadas, e nem sempre se consegue satisfazer a todos os interesses, que muitas vezes são contraditórios, pois dentro da cadeia produtiva há muitos interesses contraditórios. Mas, de qualquer forma, tem que haver essa abertura para o diálogo e entendimento. O burocrata, o tecnocrata senta num escritório em Brasília e acha que tem capacidade para decidir em nome do país. O pior lugar pra se decidir em nome do Brasil é Brasília, porque a capital federal é uma ilha separada praticamente da realidade do país.

Paraná Cooperativo - Houve reações contrárias e também críticas ao seu

Foto: Assessoria Ocepar



“

O diálogo é fundamental e durante minha gestão procurei ouvir todos os setores da agropecuária.

Nenhum ministro pode considerar-se autossuficiente

”

para participar dos debates do governo. Se estiver isolado não vai ter força. Tem que estar apoiado pelo setor agrícola. O Mapa é a instituição máxima na qual os agricultores depositam muita confiança, por isso é importante que o Ministério trabalhe em conjunto com todo o setor, desde as câmaras setoriais até as entidades, associações, federações e confederações. Foi assim com as cooperativas, que considero o melhor instrumento de desenvolvimento agrícola que temos. E dessa forma, com diálogo, adquirimos

posicionamento à frente do Ministério. Como foi seu relacionamento com o presidente Lula?

Reinhold Stephanes - O presidente Lula tem tido uma posição muito favorável à agricultura brasileira e tem prestigiado os ministros da coalizão tanto quanto aos do seu próprio partido. Tem trabalhado com eles de forma igual e apoiado muito a agricultura e o ministro da agricultura. Mesmo quando divergi das posições do governo como um todo, o presidente compreendeu essa posição. Portanto, o relacionamento com Lula e grande parte da equipe foi muito positivo. Mas dentro do governo temos muitas questões que são mais doutrinárias, políticas e ideológicas. Por exemplo, a discussão das questões indígenas e quilombolas, os índices de produtividade, são temas que têm impacto sobre as áreas consolidadas da agricultura. Nessas questões há posições divergentes (no governo).

Paraná Cooperativo - O senhor criticou o Plano Nacional de Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). O documento parte de uma visão que acirra a dicotomia, a divisão entre as chamadas agricultura familiar e agricultura empresarial. Qual a sua opinião a respeito?

Reinhold Stephanes - A dicotomia entre agricultura familiar e empresarial não pode existir. Mesmo porque, muitas vezes, o agricultor tem uma pequena propriedade de 10, 20 ou 30 hectares, que é tecnificada e eficiente. Ele pertence a uma cooperativa que processa a produção e a exporta para 20 ou 30 países. É um agricultor que participa do agronegócio e não pode ser comparado com o que se tenta classificar como camponato, que é aquela agricultura de subsistência ou mesmo de assentamentos, que de maneira geral não altera estatística de produção no Brasil. Aliás, o sonho de qualquer pequeno produtor é ser eficiente e progredir, poder dar uma melhor condição a sua família e filhos. Um fato muito interessante é que os chamados hoje de “grandes agricultores”, tão criticados, que estão no Mato Grosso ou nas novas fronteiras agrícolas, eles muitas vezes são filhos

de pequenos agricultores do Sul do Brasil. Eu cito o caso de um agricultor de Cristalino (GO), que hoje pode ser considerado um grande produtor, pois tem em sua propriedade 30 pivôs centrais de irrigação. Mas ele saiu do Sul e chegou à região sem recursos sequer para comprar 1 hectare de terra. Arrendou 100 hectares para começar a produzir. E conseguiu crescer. Isso é mérito, isso é trabalho, e não se pode condená-lo por ter progredido. No documento de direitos humanos condenou-se a produção de soja, o uso da biotecnologia e da nanotecnologia na agricultura, e ainda se sinalizou de forma favorável à invasão de terras. Não há como concordar com esses posicionamentos absurdos.

Paraná Cooperativo - Um tema importante e polêmico é a questão ambiental, como avalia os resultados das discussões sobre o novo Código Florestal?

Reinhold Stephanes - Pelo menos nós conseguimos colocar a questão

“

As discussões sobre meio ambiente não podem ser exclusividade de ambientalistas. A decisão precisa ser construída a partir de um debate amplo e racional, pautado em estudos técnicos e científicos

”

da seguinte forma: o debate ambiental não é monopólio de ambientalistas e nem de ONGs. Só ambientalista discutia o assunto, e eles não necessariamente são pessoas que entendem de meio ambiente. Eles defendem uma doutrina, o que é elogiável, mas nem sempre entendem de meio ambiente. Quem detém a maior inteligência em assuntos de meio ambiente são os órgãos agrícolas brasileiros, instituições como a Embrapa, Iapar, Instituto Agrônomo de Campinas e tantas outras instituições, são as que possuem em seus quadros o maior número de dou-

tores e pós-doutores em meio ambiente. São profissionais altamente qualificados que estudam o meio ambiente, não só em termos de sustentabilidade, mas em termos de impactos do aquecimento global e cenários futuros. Todos esses estudos existem, tanto sobre regiões como sobre produtos. Como também existe o rastreamento constante das mudanças climáticas que estão acontecendo. Isso não é feito nem pelos ambientalistas e nem pelas ONGs, e sim pelas instituições que tratam de agricultura, mas que mesmo assim nunca eram chamadas para o debate sobre o meio ambiente, porque era uma espécie de assunto exclusivo de discussão entre ambientalistas. Eu entendo que nós conseguimos pelo menos mostrar que o debate não pode ser unilateral, tem que ser construído em conjunto, com racionalidade e visão técnica e científica. A regulação ambiental precisa ser construída entre quem decide e quem vai ter que executar as medidas.

Paraná Cooperativo - O Mapa conseguiu avançar em alguns pontos nas negociações?

Reinhold Stephanes - Hoje o Congresso tem uma comissão especial que debate o assunto e vai elaborar um novo código florestal. O Mapa tem conseguido conduzir alguns pontos que teriam que ser resolvidos em curto prazo, principalmente para as propriedades de até 150 hectares, dando a elas uma condição especial. Porque essas unidades de produção representam quase 90% do número de propriedades do Brasil - no Centro-Sul, em alguns estados, abrangem até 96% das propriedades. São pontos básicos que trabalhamos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e a Presidência da República, independente do debate no Congresso. O presidente Lula prometeu diretamente a minha pessoa e em reunião com vários ministros que ele trataria isso de forma separada, num documento que poderá ser uma Medida Provisória para levar mais tranquilidade ao homem do campo. Mas é um trabalho que precisa continuar, e a agricultura tem que se impor para defender seus pontos de vista, caso contrário vai pagar por aquilo que não deve ou por aquilo que o setor urbano, que é o grande poluidor, deveria pagar e não paga.

Paraná Cooperativo - A Ocepar e as cooperativas se posicionaram e apresentaram suas sugestões para o aperfeiçoamento do Código Florestal.

Reinhold Stephanes - O importante hoje é que todas as instituições representativas da agricultura estão também envolvidas nesse debate. As cooperativas e a Ocepar se organizaram em relação a esse tema, debateram, apresentaram as suas opiniões, sugestões, assim como federações e associações de produtores se envolveram também nas discussões. Claro que essa participação influencia deputados e senadores no sentido de aceitarem as posições do setor, que são muito bem colocadas e elaboradas.

Paraná Cooperativo - Os estudos do Mapa e de instituições agrícolas foram considerados na elaboração das propostas do Brasil para a COP 15?

Reinhold Stephanes - Mais uma vez o monopólio do debate estava todo nos órgãos ambientais e nos chamados cientistas ambientalistas. O Mapa e a Embrapa não haviam sido chamados para as discussões. Até que eu escrevi um artigo mostrando o grau de inteligência que temos na área agrícola para tratar dessa questão, e o jornal O Globo, do Rio de Janeiro, fez um editorial criticando por que a agricultura estava fora desse debate. Faltavam apenas 30 dias para a COP 15, ou seja, todo o documento brasileiro já estava fechado e pronto. Então o governo mandou me chamar para uma reunião para apreciar os documentos que já estavam prontos, todos feitos pela área ambiental, e se surpreenderam quando o Mapa apresentou as propostas que tínhamos elaborado por meio de instituições do setor agrícola como um todo. São propostas consideradas extremamente importantes para diminuir a emissão de gases na área agrícola em quase 20% ao longo dos próximos 12 anos, o que foi considerado um dado sensacional.

Paraná Cooperativo - Que propostas do Mapa o senhor destacaria?

Reinhold Stephanes - São projetos para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa. O primeiro deles é o plantio direto com qualidade, que evi-

dentemente melhora a produtividade do agricultor e é quase uma invenção brasileira. Embora a técnica tenha surgido em outros países, foi aqui que ela se desenvolveu, primeiro no Paraná e depois se espalhou pelo Brasil. Importante destacar que são propostas benéficas para o meio ambiente e também para o agricultor. Por exemplo, a fixação biológica do nitrogênio é ótima para a agricultura e os ambientalistas nem sabiam o que é isso. *[A bactéria Rhizobium converte o nitrogênio do ar em composto nitrogenado assimilável pela planta, reduzindo ou tornando desnecessária a utilização de adubação química]* Há também a integração lavoura-pecuária, a recuperação de áreas degradadas. Apresentamos bons projetos que acabaram sendo aceitos e aplaudidos. Isso serve como exemplo para mostrar como a agricultura pode, participando de um processo racional e construtivo, ajudar ao meio ambiente. O que não pode é um grupo que não conhece a agricultura elaborar as normas e pedir depois para que outro setor as execute. Aí acabam

“

A nova política para os fertilizantes busca a autossuficiência e a democratização na exploração de jazidas e na comercialização das matérias-primas. Os agricultores não podem ser reféns de cartéis e oligopólios

”

surgindo os conflitos.

Paraná Cooperativo - Uma de suas bandeiras é a defesa de uma política que reduza a dependência do país no setor de fertilizantes. Um passo concreto para driblar a concentração desse mercado foi a fundação da Coonagro, cooperativa central para comprar e comercializar fertilizantes e outros insumos?

Reinhold Stephanes - Foi uma

iniciativa extremamente importante, porque o Brasil é altamente vulnerável e dependente da importação de fertilizantes. Em alguns elementos, como no caso do potássio, quatro países no mundo detêm as jazidas e duas empresas fabricam e o comercializam. É um cartel, um oligopólio do potássio. Tínhamos duas situações, uma era tentar a autossuficiência interna pelo número de jazidas e condições que temos em termos de matéria-prima, tanto de fósforo como de potássio, criando uma legislação adequada, com decisões políticas também adequadas. E a outra questão é em termos comerciais, para que os produtores não sejam reféns de duas ou três empresas ou mesmo de uma só empresa, que no final acaba controlando as demais. As cooperativas do Paraná, que são as mais organizadas do Brasil, fundaram a Coonagro para poder comprar e comercializar de forma direta. Essa iniciativa se insere no modelo que está se construindo, visando a autossuficiência e mais democratização tanto na exploração de jazidas quanto na comercialização. Nada impede que no futuro uma cooperativa desse porte se associe à exploração de determinadas jazidas, com outras instituições privadas e estatais.

Paraná Cooperativo - Como está o trabalho de preparação do novo marco regulatório para o setor mineral?

Reinhold Stephanes - O projeto do novo marco regulatório foi apresentado ainda na minha gestão ao presidente Lula. É composto por dois documentos: uma legislação própria e específica para tratar dos minerais de interesse para a produção de fertilizantes, que saem do Código Mineral, para que se tenha mais dinâmica nesse processo. O outro documento faz uma análise das jazidas existentes ou a pesquisar para dar um indicativo ao governo das decisões políticas e administrativas que precisam ser tomadas.

Paraná Cooperativo - O senhor defende uma participação maior da Petrobras no setor de fertilizantes?

Reinhold Stephanes - Sou a favor de que a Petrobras volte a atuar na explo-

ração desse insumo, já que tem muitas jazidas e é detentora de uma grande capacidade de mineração, pelo menos em relação ao gás, fundamental na área de nitrogenados. A empresa pode atuar de forma suplementar, associada a outros grupos. Agora o que defendo no projeto de lei específico para fertilizantes é que se tenha um órgão gerenciador, porque o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) vai virar uma agência reguladora e funcionará como um cartório de registro. Mas precisamos de um órgão que gerencie as jazidas e as questões de interesse da agricultura. Como disse, há uma série de decisões políticas e administrativas a serem tomadas em relação à pesquisa e exploração de jazidas. Temos que ter um órgão com poderes e capacidade para fazer com que as coisas aconteçam. Em suma, um órgão de gerenciamento. E por outro lado, utilizaríamos um pouco mais a Petrobras na área de execução, quando for necessário. Parte das jazidas de potássio do país pertence à Petrobras. Então a estatal criaria uma subsidiária para explorar esse potássio ou se associaria a outras empresas para a exploração. O marco regulatório, no artigo específico para a questão dos fertilizantes, caminha nessa direção.

Paraná Cooperativo - A privatização da Ultrafertil (ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso) foi um erro estratégico?

Reinhold Stephanes - Sem dúvida foi um erro privatizar a Ultrafertil. A ideia de privatizar e torná-la mais eficiente não era ruim. O problema foi vender uma empresa que concorria no mercado e que acabou tornando-se parte de um oligopólio. A Ultrafertil foi absorvida integralmente por aqueles que já monopolizavam o setor. Nesse aspecto foi péssimo. Se ela tivesse continuado como uma instituição autônoma e independente para concorrer no mercado atuaria como uma reguladora de preços, mas ela foi agregada aos que já dominavam o segmento.

Paraná Cooperativo - Houve intensas divergências entre o senhor e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Em algum momento o senhor colocou o cargo à disposição em decorrência da questão ambiental?

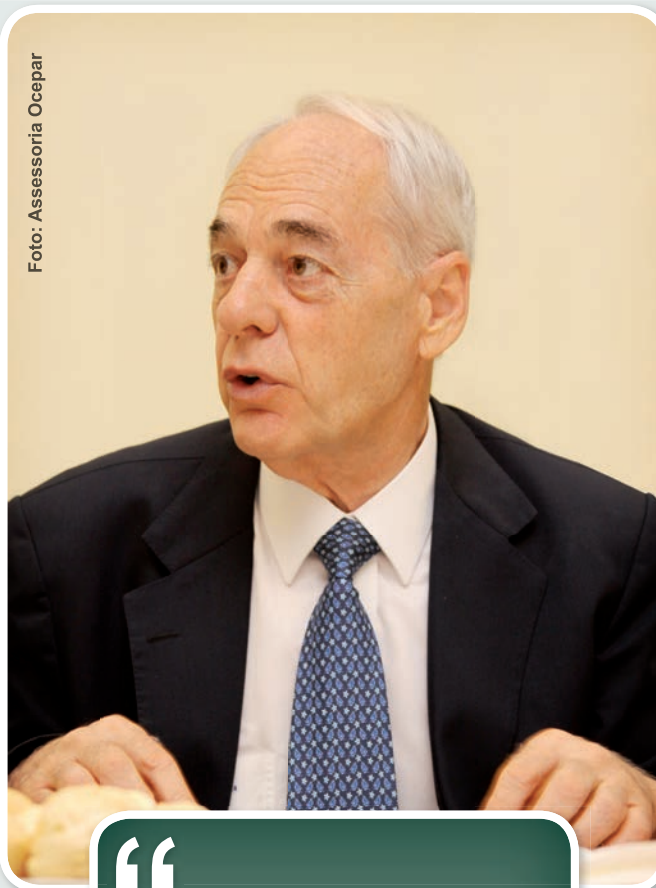
Reinhold Stephanes - Eu nunca cheguei a colocar o cargo à disposição. Isso não faz parte da minha natureza nem

de debate, sempre mantendo o diálogo da melhor forma possível. Agora, não há dúvida nenhuma, por exemplo, se eu fosse obrigado a assinar a alteração dos índices de produtividade, se chegasse ao limite, claro que eu deixaria o cargo e não assinaria. Mas isso não significa que tenha colocado o cargo à disposição. Eu evidentemente talvez tenha sinalizado que não teria condição de assinar. Isso significa que só existem duas soluções: ou não assino ou o presidente tem que mudar, nomeando outro ministro. Mas felizmente o presidente teve a compreensão da minha posição e em nenhum momento me chamou a atenção com respeito a minha atitude. O presidente sempre teve muita compreensão em relação às decisões que tomei. Fui o único ministro que veio a público contra o documento dos direitos humanos naquilo que afetava a agricultura, que era efetivamente um absurdo. Tomei posição.

Paraná Cooperativo - Como avalia os oito anos do governo Lula?

Reinhold Stephanes - Em relação à economia como um todo, o presidente teve uma compreensão diferente daquilo que o partido e ele pregavam anteriormente. E na hora que assumiu o poder, deixou de exercer a arte da conquista do poder, para exercer a arte de administrar o poder. Lula soube diferenciar as duas situações. Acredito que ele seguiu grande parte das orientações que vinham sendo construídas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e não fez alterações, soube manter. Acho que o grande mérito do presidente Lula foi compreender esse conjunto como um todo. E segurar a própria pressão que sofreu dentro do partido. Segundo ponto foi ele saber fazer uma coalizão e escolher nomes, inclusive com pessoas que atuaram politicamente contra ele. Ele me disse isso no dia em que me escolheu: “Olha, Stephanes, eu sei que você não comunga do meu pensamento, trabalhou para outro candidato, mas agora estamos

Foto: Assessoria Ocepar



“

Sempre me coloquei numa posição em que o cargo não era importante. Para mim o que importa é ter coerência e uma linha de debate construída com diálogo e transparência

”

agora nem nas outras vezes em que fui ministro. Mas, sempre me coloquei numa posição em que o cargo para mim não era importante. Para mim o importante é ter uma coerência e uma determinada linha

num governo de coalizão e temos que trabalhar juntos”. Uma visão realista. É claro que tenho divergências em algumas áreas que afetaram a agricultura. Mas o presidente foi um amigo da agricultura.

Paraná Cooperativo - Quais suas projeções para a agropecuária brasileira nos próximos anos?

Reinhold Stephanes - As perspectivas são muito boas, principalmente porque o mercado mundial demonstra boas condições futuras e inclusive com melhorias de preços. Porque o fundamental para o agricultor é o preço. Quando há bons preços, ele precisa pouco do restante. O essencial é ter mercado e preço para os seus produtos. Não obstante, é preciso considerar que o mercado agrícola é o mais imperfeito de todos, porque tudo é controlado por meia dúzia de tradings no mundo. Isso é muito ruim, tem especulação, é um mercado com muitas distorções.

Paraná Cooperativo - E quanto ao Plano Safra 2010/2011, como o senhor avaliou as propostas da Ocepar e das cooperativas do Paraná?

Reinhold Stephanes - Estive na Ocepar e recebi as propostas e pedi que a entidade mandasse a Brasília um técnico para que se reunisse com minha equipe, que está elaborando o Plano Safra. A ideia é tentar construir ou aproveitar o máximo possível das sugestões. O documento da Ocepar é consistente e foi muito bem aceito. Agora o trabalho tem que ser feito para convencer a área econômica e algumas medidas sejam adotadas. Em relação aos 100 milhões reais pedidos para a pesquisa, a Embrapa já está analisando o documento e vai dar um parecer favorável. Mas, evidentemente, a instituição não possui os R\$ 100 milhões, mas seu parecer irá destacar a excelência das instituições de pesquisa do cooperativismo do Paraná, e a necessidade de fortalecer cada vez mais a rede de pesquisas, onde a Embrapa é o órgão mãe, é o símbolo, mas temos dezenas de instituições que realizam um trabalho extraordinário e devemos fortalecê-las dentro de uma rede de trabalho. A Embrapa vai ser favorável à reivindicação, depois tem a segunda etapa que é viabilizar os recursos.

Paraná Cooperativo - Tratando do setor de trigo, é uma preocupação desde o início de sua gestão? Mais um caso de concentração de mercado?

Reinhold Stephanes - Na prática, temos 180 mil produtores de trigo e cinco redes de moinhos que compram o trigo, e de uma forma ou de outra exercem certo controle, até porque a indústria tem todas as informações, sabe onde se produz, a qualidade, e tem acesso a todo o mercado nacional e internacional. Por sua vez, o agricultor não sabe qual é o estoque que os moinhos têm. Já existe um problema de injustiça em termos de falta de transparência, que só existe num lado da cadeia produtiva. Os moinhos adotam uma política para pressionar os preços para baixo. E tem uma resistência muito grande a qualquer fechamento de canal que lhes possa dar vantagem. Eles reagem e ameaçam com aumento no preço do pãozinho. O custo do trigo participa com menos de 15% do preço do pão. O resto é água, energia, mão-de-obra, impostos, aluguel, entre outros. Então não há desculpa para aumentar o preço do pãozinho: o preço do pão que pagamos hoje se estabeleceu quando o trigo custava 750 reais a tonelada, hoje está 440, 450 reais. Adotamos uma posição muito firme em relação aos moinhos.

Paraná Cooperativo - As oscilações de preços são excessivas e constantes na agropecuária do país? Como deveríamos agir para evitar que essas distorções causem prejuízos aos produtores?

Reinhold Stephanes - A agricultura brasileira tem uma capacidade extraordinária de reagir ao mercado e pode atingir metas extraordinárias em termos de produção, mas tem que tomar muito cuidado com essas distorções. O exemplo do momento é o feijão, melhorou o preço, todo mundo produziu e o preço despencou para quase um terço do que era na safra passada. Ano passado, em plena crise, aumentamos em 7% a produção de suínos. E o que aconteceu? O preço caiu. Quando o preço do leite melhorou, imediatamente aumentou a produção e no passo seguinte o preço desabou. Em todos os casos, a produção não deveria ter aumentado. Por mais contraditório que

possa parecer, fico preocupado quando ocorre recorde de produção, porque significa mais oferta, e, portanto, queda de preços e de renda ao produtor. O ideal é produzir de acordo com o mercado: se há uma produção 5% maior que a demanda, a queda no preço vai ser de 20% a 25%.

Paraná Cooperativo - Como resume sua passagem pelo Ministério da Agricultura?

Reinhold Stephanes - Tenho paixão pela agricultura. Eu sou ministro pela terceira vez, e essa foi a passagem que mais me satisfaz. Saio satisfeito porque consegui me identificar com a agricultura brasileira e o setor conseguiu também se identificar comigo. Acredito que conseguimos colocar a agricultura no centro dos debates. Essa foi a questão mais importante no meu trabalho no comando do Mapa.

Paraná Cooperativo - Que mensagem deixa para os cooperativistas paranaenses?

Reinhold Stephanes - Pessoal, montem uma agenda de propostas e reivindicações. As cooperativas são o melhor instrumento que nós temos para o desenvolvimento. São as que detêm talvez o melhor conhecimento e precisam ter uma agenda de reivindicações: se organizem em torno dos pleitos e mantenham-se em constante debate com o governo. Eu cito como exemplo a quantidade de vezes por ano em que o ministro da Fazenda é convocado pela Fiesp, ou a Confederação Brasileira de Comércio, ou mesmo a Anfavea, entre outras entidades do setor industrial. Chamam o ministro da Fazenda e ele tem que ir lá pelo menos para se reunir e explicar o que está fazendo, ou ele ou o presidente do Banco Central. E depois comparo com a quantidade de vezes em que o setor agrícola, com toda a sua importância, sua dinâmica, tem procurado convocar ministros para um debate ou discussão. O setor agropecuário e o cooperativismo precisam participar das decisões econômicas do governo. As cooperativas, por sua organização e capacidade e até pelo conceito que têm, podem ser um grande instrumento para isso, assim como outros setores organizados da agricultura.

Vem ser dono da própria casa, loja ou terreno: chegou SICREDI Consórcio Imóveis.



COMPETENCE ★

Com o SICREDI Consórcio Imóveis, você tem mais uma alternativa para o seu crescimento.

- Diversas faixas de crédito, com prazo de até 120 meses sem juros;
- Contemplação por sorteio, lance fixo e lance livre;
- Autofinanciamento de até 100% do valor do bem;
- Você pode utilizar o FGTS para ofertar lances ou para complementar o valor da carta de crédito;
- Possibilidade de utilizar a carta de crédito para quitar o financiamento do seu imóvel;
- Reajustes anuais, proporcionando um planejamento ainda mais eficiente;
- Você conta com a conveniência do SICREDI Total Fone e do Canal do Consorciado, no site do SICREDI, para realizar consultas sobre o seu plano.

Mais informações no site www.sicredi.com.br ou na sua cooperativa de crédito.



SICREDI Consórcios
A união de forças para realizar sonhos.



Esta peça contém informações gerais e indicativas. Os direitos e obrigações do consorciado e da Administradora de Consórcios SICREDI Ltda., além das características do plano e grupo de consórcio, estão definidos na proposta de participação e no regulamento geral disponível na página do SICREDI Consórcios. A utilização do FGTS obedece as regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS. Imagens meramente ilustrativas.

SICREDI Total Fone - 3003 4770 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 724 4770 (demais regiões).

SAC SICREDI - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria SICREDI - 0800 646 2519. Serviços ao Cidadão Banco Central do Brasil - Denúncias e Reclamações: 0800 979 2345 - www.bcb.gov.br.



Recursos

para a safra cresceram 79%

Em três anos, orçamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) saltou de 60 bilhões para 107,5 bilhões de reais

A ampliação dos recursos do Plano Agrícola e Pecuário tem sido expressiva nos últimos três anos. O PAP saltou de 60 bilhões de reais, financiados para a safra 2006/2007, para 107,5 bilhões no plano agropecuário 2009/2010, uma alta de 79%. Orçamento maior que foi acompanhado por linhas de crédito diversificadas, voltadas às demandas de cada setor beneficiado e com uma taxa de juros anual que caiu de 8,75% para 6,75% no Plano Safra 2007/2008. “Há um avanço consistente que tem dado um impulso importante para a agropecuária brasileira. Certamente é necessário mais linhas de financiamentos e recursos, mas a evolução é muito positiva”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Na opinião do dirigente, a ampliação de recursos do Prodecoop e a criação de programas específicos ao setor agropecuário estão contribuindo para o crescimento dos empreendimentos cooperativistas. “O processo de industriali-

zação do setor gera agregação de valor, mais renda e empregos, transformando a realidade econômica de cidades e regiões inteiras”, avalia.

Nos últimos anos, o lançamento do Plano Safra passou a ser aguardado com interesse pelos produtores. Pela primeira vez, o evento deixou de ser anunciado em Brasília, tendo sido lançado em Curitiba (2008) e Londrina (2009), com a presença do presidente Lula e representantes dos principais setores da agropecuária brasileira. O aumento de recursos do PAP é uma justa valorização a um segmento econômico que gera milhões de empregos no campo e nas cidades e responde por 40% das exportações brasileiras – garantindo há anos o superávit da balança comercial do país. A consistência dos últimos planos agrícolas também evidencia que os produtores estão tendo mais voz dentro do governo, com o fortalecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Força que é atribuída à postura do ministro Reinhold

Stephanes, que assumiu em 2007 e desde então iniciou uma agenda de desafios, enfrentados de forma objetiva. “Com inteligência e abertura para o diálogo, Stephanes ampliou a influência do Mapa, que muitas vezes não tinha força para implementar e desenvolver políticas agrícolas abrangentes”, afirma Koslovski. “Nas controvérsias sobre o meio ambiente quebrou paradigmas, assumindo uma postura corajosa frente aos discursos preconceituosos e radicais que apontavam a agropecuária como a principal responsável pelos problemas ambientais. Com argumentos técnicos e científicos, embasados em estudos da Embrapa, o ministro desmistificou a questão, principalmente para a população urbana, mudando o tom das discussões e conferindo igualdade ao debate sobre o tema”, ressalta.

Segundo o presidente, as cooperativas paranaenses estabeleceram uma relação de parceria e diálogo com o Mapa. “Tivemos êxito nas renegociações da dívida agrícola e houve avanços na



construção de uma política de garantia de renda para o produtor, com o seguro rural em processo de consolidação e as negociações no Congresso para a aprovação do Fundo de Catástrofes”, relata.

De acordo com Koslovski, no comando do Mapa, o ministro tem sido um defensor incansável dos interesses da agricultura e do cooperativismo. “Sempre pautado numa postura coerente, Ste-

phanes enfrentou debates e discussões dentro do governo em suas diferentes áreas e conseguiu avançar em inúmeras questões de interesse do agricultor.” E cita avanços e realizações: “Sanidade, a abertura de novos mercados, a questão dos fertilizantes, o seguro rural, o esforço descomunal para manter uma política para o trigo que considerasse os interesses do triticultor, a sua constante preocu-

pação com a renda do setor, os assuntos relativos ao meio ambiente, e a busca por uma política agrícola que permitisse um maior amparo ao agricultor fizeram parte da luta diária e constante do ministro”, afirma. “Certamente um ministro que deixará saudades e será reconhecido por sua determinação, coragem e competência em fazer as coisas acontecerem”, enfatiza.

Elevação no montante de recursos do PAP

2006/2007 50 bilhões agronegócio 10 bilhões agricultura familiar Total: R\$ 60 bilhões	2007/2008 58 bilhões agronegócio 12 bilhões agricultura familiar Total: R\$ 70 bilhões	2008/2009 55 bilhões agronegócio 13 bilhões agricultura familiar Total: R\$ 78 bilhões	2009/2010 92,5 bilhões agronegócio 15 bilhões agricultura familiar Total: R\$ 107,5 bilhões
--	--	--	---

Ação

e Presença no Paraná

- No dia 27 de abril de 2009, o setor cooperativista paranaense apresentou suas propostas para o aperfeiçoamento do Código Florestal Brasileiro. O evento foi prestigiado pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e

contou com a presença de dois senadores e 10 deputados federais da bancada paranaense. “Quando há propostas fundamentadas tecnicamente, isso nos dá condições de defendê-la. Precisamos de uma mobilização para mos-

trar que a agricultura responde por um terço do PIB brasileiro, por 100% do saldo positivo da balança comercial e por isso tem que ter uma participação maior nas decisões nacionais”, disse Stephanes.



Foto: Assessoria Ocepar

- No dia 26 de setembro de 2008, o ministro Stephanes prestigiou o lançamento do Coonagro (Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário), hoje cooperativa central. O projeto de intercooperação envolve 21 cooperativas paranaenses e tem por objetivo reduzir custos com a compra de fertilizantes e outros insumos agropecuários. Stephanes foi um incentivador da formação do consórcio, hoje transformado em central cooperativa. “Em 10 anos, o Brasil tem condições de ser autossuficiente no setor de fertilizantes”, disse o ministro.



Foto: Assessoria Ocepar

- Em maio de 2009, Stephanes liderou comitiva, da qual fazia parte o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, em visita a cinco cooperativas paranaenses. O grupo sobrevôou campos e visitou propriedades de cooperados, avaliando o potencial agropecuário e debatendo com os produtores seus principais problemas e gargalos. As

agroindústrias das cooperativas também mereceram a atenção da comitiva. “É uma oportunidade única de recebermos a visita de dois ministros simultaneamente”, disse o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, que juntamente com Stephanes ciceroneou o grupo na viagem pelo cooperativismo do Paraná.



Foto: Assessoria Ocepar



• Em 3 de abril de 2009, o ministro da Agricultura lançou, na sede da Coodetec (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola), em Cascavel, o plantio de trigo no Paraná. Mais de 1.200 produtores acompanharam a solenidade, juntamente com o governador do Paraná, Roberto Requião, o vice-governador, Orlando Pessuti, o secretário da Agricultura, Valter Bianchini, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, o presidente da Coodetec, Irineo da Costa Rodrigues, dirigentes de cooperativas, deputados estaduais e federais, prefeitos de 19 municípios da região, entre outras lideranças políticas e do setor produtivo.

• "O setor agrícola tem se mostrado determinante para o Brasil superar a atual crise mundial", disse o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, ao lançar o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/2010, em 22 de junho de 2009, em Londrina/PR. O PAP liberou R\$ 107,5 bilhões para o setor agropecuário - 37% a mais de recursos em relação à safra 2008/2009. Os dois últimos lançamentos do Plano Safra aconteceram no Paraná (Curitiba e Londrina) e contaram com a presença do presidente Lula. De acordo com Stephanes, a solenidade acontecer no Paraná valoriza o estado que é o maior produtor agrícola do país. "Ocupa pouco mais de 2% do território brasileiro e produz quase um quarto da produção agrícola do país", enfatizou o ministro.



• Em reconhecimento ao apoio dado ao cooperativismo e ao desenvolvimento do setor agropecuário, o ministro Reinhold Stephanes foi homenageado durante o Encontro Estadual de Cooperativistas com o Troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná". O evento ocorreu em 26 de novembro de 2009, e reuniu dois mil cooperativistas no Teatro Positivo, em Curitiba. "A solução para a agricultura e para a agroindústria são as cooperativas. É nelas que o governo precisa investir cada vez mais", disse Stephanes.



Dirigentes cooperativistas e o ministro Reinhold Stephanes em reunião na sede da Ocepar: diálogo constante com o setor produtivo

Lideranças reconhecem trabalho de Stephanes

Dirigentes de cooperativas paranaenses avaliam como positiva e eficaz a atuação de Reinhold Stephanes no comando do Ministério da Agricultura. Para os líderes, durante os três anos em que esteve à frente do Mapa, Stephanes soube construir um diálogo objetivo com todos os setores da agropecuária, se posicionando com firmeza ao lado dos produtores em suas principais bandeiras e reivindicações. “Stephanes foi um parceiro na defesa dos interesses do cooperativismo. Enfrentou com determinação e inteligência os opositores, agindo sempre com transparência e equilíbrio”, avalia o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. “Em sua gestão demonstrou força política e de articulação junto à área econômica do governo, o que contribuiu para a ampliação significativa dos recursos para o crédito agrícola”, ressalta.

Na opinião do presidente da Coasul, Paulino Fachin, Stephanes agiu de forma proativa com o setor. “O ministro nunca se negou a discutir e debater nossas reivindicações, ouvindo os argumentos e se posicionando com coragem

em prol dos pleitos do cooperativismo. Também demonstrou excelente conhecimento sobre a agropecuária brasileira”, avalia.

Para o presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues, Stephanes teve habilidade política e uma postura contundente em favor das reivindicações da agropecuária. “Foi um ministro que não tomou decisões isoladas em Brasília. Pelo contrário, viajou, conheceu e conversou com os produtores e seus representantes. Durante sua gestão, o Plano Safra ganhou força e foram ampliados os recursos para o escoamento da produção. Houve avanços na questão sanitária e uma presença em todas as frentes. Stephanes teve também o mérito de colocar assuntos importantes na pauta de discussões do governo”, enfatizou.

Meio ambiente e fertilizantes – A atuação de Stephanes nas questões meio ambiente e fertilizantes é destacada pelas lideranças cooperativistas. “Foi um ministro que se posicionou com firmeza em defesa dos agricultores, que não estavam sendo ouvidos nos debates sobre o meio

ambiente. Aqui no Oeste do Paraná visitou propriedades de cooperados, tendo imediata percepção dos prejuízos que as medidas ambientais equivocadas podem causar aos produtores, em muitos casos inviabilizando a atividade agropecuária”, lembra o presidente da Copacol, Valter Pitol. “Incentivou a participação do setor nas negociações em torno das mudanças no Código Florestal, para um debate mais equilibrado, em que todas as partes pudessem ser ouvidas”, ressalta.

Para o presidente da Castrolanda e da Coonagro, Frans Borg, a gestão de Stephanes foi decisiva na questão dos fertilizantes. “O ministro teve visão sobre o problema da concentração de mercado no setor de fertilizantes e reagiu contra a dependência do país. Stephanes incentivou as cooperativas a se unirem, buscando ferramentas contra as distorções desse mercado. Sua postura e apoio foram importantes para que fundássemos a Coonagro (Cooperativa Nacional Agroindustrial)”, enfatiza. “Stephanes foi um ministro que vestiu a camisa da agricultura”, conclui.

O ÓLEO DE SOJA COAMO

MAIS UMA VEZ FIGURA O RANKING
NACIONAL DE LÍDERES DE VENDAS

2º LUGAR
Região Sul
4º LUGAR **5º LUGAR**
Brasil São Paulo



A **PREFERÊNCIA**
DO **CONSUMIDOR**

**NÃO PODE FALTAR
NA SUA GÔNDOLA**



Conheça nossos produtos da linha Varejo e Industrial: www.coamo.com.br

Paraná reivindica

R\$ 130 bilhões

para o Plano Safra 2010/2011

Pleito feito pela Ocepar, Faep e Seab inclui a redução da taxa de juros e manutenção dos preços mínimos

Cientes de que o produtor precisa de segurança para enfrentar situações adversas, como perdas nas lavouras e quedas nos preços, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e Secretaria da Agricultura do Paraná (Seab), entregaram ao ministro da Agricultura Reinhold Stephanes uma série de propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011.

Um dos principais pleitos do setor produtivo paranaense é a ampliação nos recursos para financiamento de R\$ 107,5 bilhões para R\$ 130 bilhões. Desse total, R\$ 18 bilhões seriam destinados para a agricultura familiar e R\$ 112 bilhões para a agricultura empresarial. As reivindicações incluem também a redução da taxa de juros do crédito rural de 6,75% para 5,75% ao ano; a adoção de instrumentos de apoio à comercialização como a manutenção dos preços mínimos e a disponibilização de recursos para apoiar a comercialização de, no mínimo, 1/3 da safra brasileira. As entidades propõem ainda o aumento do teto de financiamento para os demais

custeios (repasse a cooperados) de R\$ 170 mil para R\$ 250 mil por mutuário, e a garantia de recursos orçamentários para a subvenção ao prêmio do Seguro Rural de, no mínimo, R\$ 450 milhões, além do aumento da cobertura para todas as culturas.

O documento com as propostas do Paraná para o PAP 2010/2011 foi entregue diretamente a Reinhold Stephanes, durante reunião no dia 1.º de março, na sede do Sistema Ocepar em Curitiba. A entrega foi feita pelo presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, pelo presidente da Faep, Ágide Meneguette e pelo chefe do Departamento de Economia Rural da Seab, Francisco Simioni, que na ocasião representou o secretário estadual da Agricultura, Valter Bianchini. Também participaram do encontro, o superintendente, José Roberto Ricken, o gerente técnico e econômico Flávio Turra, da Ocepar, o técnico do Deral, Otmar Hubner, e o presidente da cooperativa Cocamar e diretor da Ocepar, Luiz Lourenço.

Na ocasião, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, destacou

o fato de que é necessário instituir no Brasil uma política agrícola que proteja a renda dos produtores. "A atividade rural é marcada por incertezas, em função disso é preciso criar instrumentos para garantir preços. Além disso, somente a implantação de um seguro rural e de uma política de comercialização é possível oferecer segurança para quem atua no campo", disse.

Na sua opinião, o encontro com o ministro Stephanes foi positivo porque ele se mostrou aberto às sugestões do Paraná. "Em sua gestão, o ministro acatou muitas das nossas solicitações. Isto aconteceu porque ele tem uma percepção muito afinada do setor produtivo como um todo, o que facilita o entendimento sobre o que os produtores precisam para exercer suas atividades", disse.

Financiamento – Ao detalhar as propostas do Paraná para o próximo ciclo produtivo, o chefe do Deral/Seab, Francisco Simioni, destacou a importância de aumentar o volume de recursos para financiamento da safra. "O valor que sugerimos é o montante que julgamos necessário para garantir o custeio



Foto: Assessoria Ocepar

João Paulo Koslovski (Ocepar), Reinhold Stephanes (Mapa), Luiz Lourenço (Cocamar e Ocepar), Francisco Simioni (Seab) e Ágide Meneguette (Faep)

da produção, comercialização e investimento, mantendo assim a trajetória de crescimento do setor agropecuário, das exportações e da geração de empregos no campo”, afirmou.

Segundo o presidente da Faep, Ágide Meneguette, é importante oferecer apoio ao produtor para evitar problemas como os que estão ocorrendo na safra atual. “Estamos colhendo uma safra e a situação indica que faltarão recursos. O feijão, o milho, a soja, enfim, todos os produtos agropecuários estão com preços de comercialização menores do que na safra passada. Por isso, falta instituir uma política permanente de comercialização e de garantia de preço para que o produtor a cada início de safra possa ter a certeza de que terá uma renda e conseguirá cobrir seus custos de produção”, afirmou o dirigente.

Opinião positiva - Depois de ouvir atentamente as explanações sobre as principais demandas do setor produtivo do Paraná, o ministro Reinhold Stephanes disse que as medidas são válidas porque refletem a realidade do dia a dia de quem efetivamente produz e conhece o trabalho do homem do campo. “É

importante que haja essa interação entre aquilo que nós decidimos em Brasília e aquilo que efetivamente acontece no âmbito do Estado. Além disso, o Paraná é o maior produtor brasileiro, portanto, tem um bom conhecimento, tem boas equipes, tem capacidade técnica para identificar as demandas dos produtores e apontar soluções”, destacou.

O ministro ainda ressaltou a iniciativa das entidades em contribuir com informações que podem basear as decisões tomadas no âmbito do governo federal. “O Paraná, por meio de suas entidades representativas, sempre está presente. É uma parceria constante e que envolve os dois lados. Eu mesmo consulto constantemente a Ocepar, Faep e Seab e acho que já estive no Paraná, em especial, na Ocepar e na Faep, diversas vezes ao longo da minha gestão com a intenção de obter informação. Isso faz parte de um trabalho integrado e é assim que deve ser”, afirmou.

Em relação ao encaminhamento das propostas para o PAP 2010/2011, o ministro disse que será realizada uma reunião entre a equipe do Mapa e o grupo técnico das entidades Paraná com a

finalidade de detalhar melhor as sugestões apresentadas. “Eu acredito que a maioria das medidas poderá ser absorvida dentro do próximo plano da safra de verão”, avaliou.

Avanços - Sobre o que o agricultor pode esperar do próximo plano safra, Stephanes afirmou que a cada ano o governo tem avançado na política agropecuária brasileira, porém, nem sempre consegue atender a todas as expectativas dos agricultores. “Mas, de qualquer forma, estamos aperfeiçoando constantemente os instrumentos de política agrícola. E isso é bom. Pois, dessa forma, nós vamos avançando e melhorando, e a cada ano você tem novidades e melhores condições de produção. O problema maior da agricultura é ter preço. É um paradoxo, pois quando o agricultor produz muito, o preço cai. Temos que tentar encontrar esse equilíbrio entre aquilo que é bom para o consumidor, para que ele tenha bastante comida na mesa e que seja barata, mas também temos que pensar que, por trás disso, tem toda uma estrutura que produz e que precisa ter renda para continuar produzindo e produzindo bem”, completou.

Prioridades para o PAP 2010/2011

1) Recursos

- Aumentar o montante de R\$ 107,50 bilhões para R\$ 130,00 bilhões, sendo R\$ 18,1 bilhões para a agricultura familiar e R\$ 111,9 bilhões para a empresarial.

2) Juros

- Reduzir as taxas de juros de custeio de 6,75% para 5,75%.

3) Programa de Crédito para o Médio Produtor (Proger Rural)

- Reduzir a taxa de juros em 2,0 pontos percentual para custeio e investimentos, passando de 6,25% para 4,25%;
- Ampliar o volume de recursos de R\$ 5 bilhões para R\$ 10 bilhões;
- Manter em R\$ 250 mil o limite de financiamento para custeio e aumentar o de investimento de R\$ 200 mil para R\$ 300 mil por tomador.

4) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

- Ampliar o limite superior da renda bruta anual por tomador para fins de enquadramento dos agricultores familiares de R\$ 110 mil para R\$ 150 mil;
- Aumentar o limite de financiamento por mutuário no Pronaf Mais Alimentos de R\$ 100 mil para R\$ 120 mil;
- Alterar os limites de financiamento de acordo com os quadros a seguir:

Investimento

DE	PARA
até 7 mil	até 7 mil
de 7 mil a 18 mil	de 7 mil a 18 mil
de 18 mil a 28 mil	de 18 mil a 34 mil
de 28 mil a 36 mil	de 36 mil a 44 mil

Custeio

DE	PARA
até 5 mil	até 5 mil
de 5 mil a 10 mil	de 5 mil a 20 mil
de 10 mil a 20 mil	de 20 mil a 30 mil
de 20 mil a 40 mil	de 40 mil a 50 mil

5) Programas de investimento

- Ajustar alguns programas já existentes e incluir três novos programas vinculados ao cooperativismo (leia matéria sobre este assunto nas próximas páginas)

6) Comercialização

6.1 Preços mínimos

- Manter os preços mínimos estabelecidos na safra 2009/2010 para o feijão (R\$ 80,00), milho (R\$ 17,46) e soja (R\$ 25,11);
- Assegurar recursos para apoiar a comercialização de no mínimo 1/3 da safra brasileira;
- Ampliar os limites de aquisição de produtos dentro do AGF, especificamente para o feijão. No caso de cooperativas, em que os cooperados que não utilizem o teto do limite, que o saldo possa ser utilizado em favor de outro cooperado.

6.2 Programa de equalização de preços ao produtor:

- Manter os leilões de Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), vinculando-o ao preço de referência, superior ao preço mínimo de garantia.

7) Seguro Rural

7.1 Produtividade

- Aceitar produtividade histórica cadastrada do produtor no banco;
- Criar novos parâmetros de cálculo de produtividade no âmbito do IBGE;
- Utilizar metodologia que classifique as faixas de tecnologia utilizadas pelo produtor;
- Regulamentar o Fundo de Catástrofe para a safra de verão 2010/2011;
- Criar um seguro para avicultores contra sinistros que provoquem a alta mortalidade das aves.

7.2 Cobertura e abrangência

- Garantir recursos orçamentários para subvenção ao prêmio do Seguro Rural de no mínimo R\$ 450 milhões;
- Aumentar o nível de cobertura de todas as culturas. As seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do Governo Federal (PSR) devem aumentar a faixa de cobertura da produtividade estipulada nas apólices para 70% a 80% da produtividade do produtor;
- Criar um seguro que além da produção, tenha cobertura dos problemas de qualidade que afetam o produto e prejudicam o valor comercial da produção.

8) Aves e suínos

- Desenvolver instrumentos de mercados futuros para derivados de suínos e aves;
- Utilizar os instrumentos da PGPM para produtores de suínos;
- Elaborar um Plano Nacional de Logística para Suinocultura visando expansão das exportações.



**AS CONQUISTAS DO PASSADO SÃO
A NOSSA INSPIRAÇÃO PARA UM
FUTURO AINDA MAIS PRÓSPERO.**



www.cvale.com.br



Ocepar propõe novos programas de investimentos

Objetivo é incentivar o aporte de recursos nas áreas de pesquisa, varejo e na recuperação de solos arenosos

Para manter a competitividade e a sustentabilidade a médio e longo prazo, o setor cooperativista precisa investir em tecnologia, agregação de valor da produção primária e desenvolvimento rural sustentável. Por este motivo, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), propôs a inclusão no Plano Agrícola Pecuário (PAP) 2010/2011 de três medidas vinculadas ao cooperativismo: o Programa Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas no Arenito Caiuá, e o Programa de Varejo para o Cooperativismo.

O pleito foi entregue ao ministro da Agricultura Reinhold Stephanes durante reunião sobre o PAP 2010/2011, no dia 1.º de março, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. Na ocasião, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, disse que “os novos programas de investimentos propostos são fundamentais para que o setor cooperativista do estado possa avançar e aprimorar as suas atividades, fortalecendo com isso todo o setor cooperativista brasileiro”.

“Estamos otimistas em relação à inserção destas medidas no Plano Agrícola e Pecuário. Acredito que há um bom entendimento por parte do governo, em especial do ministro Reinhold Stephanes, quanto à importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades e das pessoas ligadas ao setor. O ministro Stephanes se mostrou receptivo e, inclusive, já sinalizou a aprovação de alguns itens da nossa proposta”, afirmou.

Pesquisa – No Programa Cooperativo de Pesquisa Agropecuária o objetivo é ter uma linha de financiamento na ordem de R\$ 100 milhões anuais para investimento em pesquisa, com prazo de reembolso de até 10 anos, com três de carência. Os beneficiários seriam as cooperativas de pesquisa agropecuária e fundações ligadas a cooperativas agropecuárias. Os recursos seriam investidos na construção, ampliação e modernização de laboratórios de pesquisa; aquisição de equipamentos e softwares de informática; obras de modernização e construção

de centros de pesquisa, programas de capacitação de pesquisadores, entre outros itens.

Desde que começaram a atuar na área de pesquisa, as cooperativas vêm ganhando espaço e se destacando no desenvolvimento de novas variedades de soja, algodão, milho, trigo e defensivos biológicos. Atualmente, somente na soja, as cooperativas agropecuárias de pesquisa fornecem 30% das sementes utilizadas nas lavouras que ocupam uma área de 22 milhões de hectares no Brasil.

No entanto, a expansão das cooperativas nesta área ocorreu com esforços próprios, já que historicamente a destinação de recursos do governo é dirigida às instituições de pesquisa pública. Por este motivo, o presidente da Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec), Irineo da Costa Rodrigues, disse que a criação deste programa é importante porque oferece juros e prazos diferenciados. “É uma boa fonte de recursos e que irá ampliar os investimentos em pesquisa. E seria uma atitude



inteligente do governo abrir o leque e apoiar também instituições privadas que comprovadamente deram certo, como é o caso da Coodetec. Afinal, investir em inovação tecnológica é uma ação estratégica para o Brasil, pois contribui para o crescimento do agronegócio nacional”, disse.

Arenito Caiuá - As solicitações do setor produtivo do Paraná para o Plano Agrícola Pecuario 2010/2011, também incluem a criação de um programa específico visando a Recuperação de Áreas Degradadas na Região do arenito Caiuá, no Noroeste do estado. Pela proposta, o setor produtivo teria a disposição uma linha de financiamento, com recursos vindos do BNDES, na ordem de 400 milhões de reais para itens de investimento e 300 milhões de reais para custeio da produção, a uma taxa de juros de 4% ao ano, 10 anos para o pagamento de financiamento, e as garantias do crédito rural.

"A região do Arenito do Caiuá abrange 106 municípios do estado, totalizando uma área de 3,2 milhões de hec-

tares. Calculamos que é possível recuperar 2 milhões de hectares nesta região para a produção de culturas anuais, perenes e pastagens recuperadas", disse o presidente da Faep, Ágide Meneguette.

O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, lembrou que o ministro Reinhold Stephanes já apoia o trabalho feito no Paraná voltado a recuperação de áreas degradadas na região Noroeste. "Mas seria muito importante que fosse criada uma linha de financiamento específica para dar condições e tempo para que o produtor possa concluir essa atividade", afirmou. "A questão não é apenas de recursos, mas sim incentivar que o produtor invista neste trabalho, ou seja, fomentar uma atividade que visa a promoção do desenvolvimento sustentável na região do arenito do Caiuá", completou o chefe do Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná, Francisco Simioni.

O presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, lembrou que a cooperativa foi pioneira nos projetos de recuperação e

manejo dos solos degradados na região do arenito Caiuá, e que os resultados têm se mostrado muito satisfatórios. "A ideia de ter uma linha de financiamento é um estudo antigo, já tivemos inclusive discussões dentro do Mapa para debater esta questão. O próprio ministro Reinhold Stephanes já esteve em Maringá e ficou muito entusiasmado com os resultados já obtidos na recuperação de solos arenosos", afirmou. O dirigente afirmou ainda que está otimista em relação a aprovação do novo programa para recuperação de áreas degradadas na região do arenito Caiuá, "Acredito que há chances da proposta ser incorporada no PAP, até porque o projeto tem um desdobramento muito positivo na questão ambiental", frisou.

Segundo o ministro Reinhold Stephanes, os resultados já obtidos no Paraná na recuperação de áreas do arenito do Caiuá, são inquestionáveis. Por este motivo, ele garantiu que irá defender a ideia do novo programa junto ao presidente Lula.



Foto: Assessoria Cocamar

Região do arenito Caiuá: bons resultados na recuperação de solos arenosos

Agregação de valor na gôndola

Cooperativas propõem linha de financiamento para desenvolver produtos destinados ao varejo

A criação de uma linha de recursos específica para o desenvolvimento de produtos para o varejo com maior valor agregado, também fez parte do documento entregue ao ministro Reinhold Stephanes durante reunião sobre o PAP 2010/2011, em Curitiba. A proposta da Ocepar e cooperativas do Paraná tem por objetivo ampliar a competitividade por meio da venda de mercadorias mais elaboradas e refinadas. O financiamento contemplaria investimentos em pesquisa, indústrias e equipamentos, logística e distribuição, embalagem, layout e marketing, entre outros. A nova linha faria parte do Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária), que desde 2002 contribui de forma fundamental para o processo de agroindustrialização do setor. “Avançamos muito e atualmente as vendas ao varejo já respondem por 25% da movimentação econômica das cooperativas paranaenses do ramo agropecuário. Com a nova linha, haveria recursos para entrar com mais força no segmento *premium*, que exige investimentos elevados, mas gera maior valor agregado e amplia

a força das marcas das cooperativas, trazendo melhor rentabilidade aos coope-rados”, explica o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Segundo o professor Roberto Nascimento de Oliveira, do Núcleo de Estudos do Varejo da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), encontramos três diferentes segmentos nas prateleiras dos supermercados: produtos de preços baixos, marcas tradicionais e os produtos *premium*. “O mercado de produtos *premium* cresce 18% ao ano e deve representar, daqui a quatro anos, cerca de 5% do total das vendas do varejo. Produzir mercadorias para esse segmento é um desafio e requer investimentos expressivos”, afirma. O professor explica que a rentabilidade gerada por produtos *premium* é alta: uma mercadoria que custe R\$ 0,60 no segmento preços baixos, custará R\$ 1,00 no segmento produtos tradicionais e R\$ 1,30 no de produtos *premium*. “Os resultados são melhores, sobretudo no médio e longo prazo”, compara Oliveira.

Intercooperação – A proposta da Ocepar e das cooperativas prevê finan-

ciamento de até R\$ 300 milhões para projetos integrados (duas ou mais cooperativas, com limite de R\$ 150 milhões por cooperativa) e de até R\$ 100 milhões no caso de projetos de uma única cooperativa. “A ideia é estimular a intercooperação, somando potencialidades, reduzindo custos e ampliando a competitividade num mercado cada vez mais concentrado”, explica Koslovski. “As empresas mercantis captam recursos por meio da oferta de ações. As cooperativas não possuem essa possibilidade de capitalização. Desta forma, os financiamentos disponibilizados pelo Prodecoop são muito importantes para impulsionar os projetos de expansão do setor, que geram milhares de empregos e dinamizam a economia no interior do estado, transformando pequenos municípios em pólos de desenvolvimento regional”, ressalta. “Investir na industrialização de mercadorias de alto valor agregado traz mais estabilidade no faturamento das cooperativas, porque os produtos voltados ao varejo têm menor flutuação de preços em comparação aos pouco industrializados ou *in natura*”, observa Koslovski.



Programa de varejo para o cooperativismo

Objetivos

Incrementar a competitividade das cooperativas brasileiras por meio de projetos de investimento conjunto em:

- 1) Desenvolvimento de produtos de maior valor agregado
- 2) Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços
- 3) Logística e centros de distribuição integrados
- 4) Unidades de processamento individuais ou em conjunto entre cooperativas

Clientes

Cooperativas agropecuárias singulares e centrais (projetos integrados: intercooperação entre cooperativas)

Formas de financiamento

Conforme regras do Prodecoop

Taxa de juros

4% ao ano

Agente financeiro

BNDES e instituições credenciadas

Prazos

Doze anos, com dois anos de carência e pagamentos anuais

Limites de financiamento

No caso de projetos integrados: 300 milhões de reais por projeto e até R\$ 150 milhões por cooperativa integrante do projeto. No caso de projetos de uma única cooperativa, limite de até 100 milhões de reais.



filezão de tilápia Copacol

Nas opções temperado tradicional, sabor defumado e *in natura*, os filés são congelados individualmente podendo ser preparados na quantidade desejada. O consumidor levará para casa um produto prático, saudável e saboroso com a qualidade Copacol.

VANTAGENS DO FILÉ DE TILÁPIA COPACOL

- Baixo teor de gordura;
- Contém Omega 3 e Omega 6, substâncias protetoras do coração;
- 0% gorduras trans;
- Embalagens práticas com alça.



Cooperativas querem

ajustes

em programas já existentes

Foto: Arquivo Ocepar



Mudanças ampliarão investimentos em equipamentos e infraestrutura das unidades

Reivindicações incluem adequações no Prodecoop, Moderagro, Produsa e Procap-Agro

A proposta do setor cooperativista do Paraná para o Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 inclui o ajuste em alguns programas já existentes no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As mudanças abrangem o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop); o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro); o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa); e o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro)

Prodecoop – No âmbito do Prodecoop, a proposta é aumentar no PAP 2010/2011 o limite de financiamento por cooperativa de R\$ 50 milhões para R\$ 70 milhões, mantendo até R\$ 20 milhões para financiamento de capital de giro; e que o volume total de recursos

do programa seja ampliado para R\$ 2,5 bilhões. A proposta inclui ainda que seja mantido para o plano safra 2010/2011, o financiamento de capital de giro não vinculado a projetos de investimento para cooperativas agropecuárias dentro do Prodecoop, que tem como objetivo atender a necessidade de investimentos fixos e semi-fixos destinados às estruturas cooperativas, visando a agregação de valor à produção agropecuária.

Modernização – No Moderagro, que tem como objetivo promover a modernização da agricultura no que diz respeito a melhoria da qualidade de produtos *in natura* e beneficiados, a proposta do setor cooperativista paranaense é aumentar o limite de financiamento do investimento de R\$ 250 mil para R\$ 350 mil por beneficiário. Já no Programa de Aquisição de Caminhões, Máquinas e Implementos, a solicitação é que seja mantida a linha de crédito do Programa

de Sustentação do Investimentos (PSI), com recursos do BNDES da ordem de 4 bilhões de reais, para aquisição de caminhões, máquinas e implementos.

Produsa – No Produsa, a proposta é adequar a operacionalização do programa com normativos estabelecendo projetos, itens, limites, prazos e carência a serem atendidos pelo programa, com as mesmas facilidades das linhas normais. Também foi solicitado que seja permitido que os financiamentos pelo Produsa contemplem financiamentos para outros sistemas de produção, com taxas de juros diferenciadas (-1%), a exemplo do Manejo de Solos, Correção de Solos, Plantio Direto e outros. O Produsa foi criado na safra 2008/2009 para estimular a recuperação de áreas degradadas de pastagens com a dotação de R\$ 1,00 bilhão, buscando inseri-lo no processo produtivo com a adoção de sistemas sustentáveis de produção.

Agilidade no acesso ao

Procap-Agro



Foto: SXC

Mudanças propostas pela Ocepar visam acabar com a morosidade e burocracia nas avaliações do Programa

Dez meses após ser criado, o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) ainda não alcançou seus objetivos. No Paraná, de uma demanda de R\$ 570 milhões, apenas R\$ 80 milhões foram liberados. Das 18 cooperativas que requisitaram o financiamento, somente duas tiveram seus pedidos aprovados. De acordo com dirigentes do setor, entre as dificuldades encontradas para o acesso aos recursos, estão a morosidade e burocracia nas avaliações dos bancos e a indefinição quanto a garantias. Instituído por meio da Resolução do Banco Central nº 3.739, de 22 de junho de 2009, o Procap-Agro é uma linha de financiamentos para o capital de giro e a estruturação financeira e patrimonial das cooperativas. O programa foi criado após mais de três anos de negociação entre Ocepar, OCB e o Governo Federal. Os recursos são disponibilizados pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e operacionalizados por instituições bancárias credenciadas. O prazo para amortização do financiamento é de 6 anos, com 2 anos de carência e taxa de juros anuais de 6,75%. “O Procap-Agro é um programa muito importante para as cooperativas. Entretanto, o acesso aos recursos está sendo dificultada por entraves e exigências excessivas dos bancos. Precisamos que o processo de análise e encaminhamento dos projetos seja agilizado”, enfatizou o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, ao entregar as propostas de ajustes ao ministro Reinhold Stephanes, durante reunião sobre o PAP 2010/2011, em Curitiba.

Ajustes – As propostas de ajustes no programa foram também apresentadas ao Ministério da Fazenda e comunicadas aos principais agentes financeiros que operacionalizam o Procap. Segundo informações repassadas por coopera-

tivas que estão pleiteando recursos do programa, alguns bancos estão pedindo garantias patrimoniais que superam em 200% os valores solicitados para os financiamentos. “Pela importância socioeconômica, as cooperativas precisam ter acesso ágil ao Procap, para que possam se estruturar e reforçar seu capital de giro e fazer frente a um mercado cada vez mais competitivo”, diz Koslovski. O dirigente lembra que nos últimos meses foram anunciados financiamentos bilionários do BNDES para grandes empresas mercantis. “O cooperativismo também precisa receber a atenção necessária dos agentes financeiros nacionais”, ressalta. O Sistema Cooperativista Brasileiro é formado por 7.261 cooperativas e 8,2 milhões de cooperados, gera 274 mil empregos diretos, representando hoje 6% do PIB (Produto Interno Bruto Brasileiro) e 40% do PIB agropecuário nacional.

Apoio para as

culturas de inverno

Para o trigo, produtores pedem garantia de preço mínimo e R\$ 2,3 bilhões em recursos para o custeio da safra

Entidades do Paraná apresentam propostas para o Plano de Trigo, Cevada e Aveia – Safra 2010

Garantia de preço mínimo, R\$ 2,3 bilhões em recursos para custeio do trigo, seguro agrícola para a cevada, aveia e triticale e a adoção de regras e salvaguardas para as importações de trigo, cevada e malte. Estas são algumas das medidas propostas pela Ocepar, Faep e Secretaria Estadual da Agricultura (Seab), para compor o Plano Safra 2010 de trigo, cevada e aveia. Os pleitos foram entregues ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no dia 1.º de março, em Curitiba, durante a reunião na sede da Ocepar, em que também foram discutidas as principais prioridades do setor produtivo do Paraná para a próxima safra de verão.

Em relação ao trigo, cultura que ocupa a maior área plantada na safra de inverno, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski disse que apesar das dificuldades enfrentadas na safra passada, os tricultores estão dispostos a investir no plantio do cereal, retomando a meta de autossuficiência do governo. Em 2009, a área plantada com trigo no

país foi de 2,43 milhões de hectares, mas as condições climáticas atípicas vivenciadas durante o ano provocaram perdas nas lavouras. Como resultado, a produção nacional caiu de 5,88 milhões de toneladas em 2008 para 5,03 milhões na safra passada, obrigando o país a importar um volume ainda maior de trigo para atender a demanda interna, estimada em 10,5 milhões de toneladas. Para o ciclo atual, a primeira estimativa de campo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostrou que se não houver problemas de clima, somente o Paraná, maior produtor nacional, poderá produzir 3,1 milhões de toneladas de trigo, 25% a mais que na safra passada.

O esforço do setor produtivo somado ao apoio do governo que busca reduzir a dependência do país do trigo importado, tem sido fundamental para o crescimento da produção nacional e melhoria da produtividade das lavouras. Mas ainda há gargalos que põem em risco a sonhada meta de autossuficiência. Os principais problemas envolvendo a cul-

tura são: baixa liquidez; custo de produção elevado; escassa e onerosa estrutura para armazenagem; seguro insuficiente contra o risco climático; número insuficiente de navios para cabotagem, fato que se soma à legislação restritiva envolvendo esta questão; dificuldade em planejar as vendas, em função de compras no mercado físico pelos moinhos; e por fim a falta de efetividade dos instrumentos de política agrícola que garantam o preço mínimo. “Por este motivo as propostas da Ocepar, Faep e Seab para o Plano Safra de Trigo, focam questões a curto prazo, como o preço mínimo, mas também englobam medidas mais abrangentes, visando instituir uma política permanente e consistente para o trigo. É muito importante que o produtor tenha tranquilidade e saiba que o gasto que ele tem hoje na implantação da lavoura terá sustentação na hora da comercialização”, disse o diretor geral do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), Francisco Carlos

Simioni, que representou o secretário da Agricultura, Valter Bianchini, na reunião sobre o Plano Safra. “Precisa haver uma definição clara em relação ao volume de recursos, taxa de juros e seguro, para que o produtor que está iniciando o plantio de trigo possa ter tranquilidade em relação ao futuro”, afirmou o presidente da Faep, Ágide Meneguette.

Salvaguarda – Entre os itens da proposta que as entidades que representam o setor produtivo do Paraná elaboraram para o plano safra das culturas de inverno está a adoção de medidas que protejam os produtos nacionais da concorrência com os produtos importados e subsidiados na origem. O principal problema envolve a Argentina, país que vem sistematicamente adotando medidas de incentivo para agregar valor ao grão. “Esperamos que o governo brasileiro adote restrições em relação à entrada de produtos subsidiados de outros países para que a gente possa efetivamente garantir ao nosso produtor nacional uma melhor remuneração em relação à pro-

dução nacional”, disse o presidente da Ocepar João Paulo Koslovski. A sugestão do Paraná para esta questão é manter a Tarifa Externa Comum (TEC) em 10% para o trigo nacional e seus derivados, tornando consistente a política agrícola.

Potencial produtivo - De acordo com Koslovski, os pleitos feitos pelo setor produtivo do Paraná sintetizam as demandas dos tricultores de todo o país. Segundo ele, o cultivo da cultura envolveu cerca de 161 mil propriedades rurais em 2009, empregando diretamente em torno de 164 mil pessoas e indiretamente 946 mil. Estes números mostram a importância do setor para a economia do país. O dirigente lembrou ainda que o Brasil tem potencial para ser um importante produtor e até exportador de trigo. Pelos estudos feitos pela Embrapa, a área disponível para o cultivo de trigo no Brasil é da ordem de 5,2 milhões de hectares, para cerca de 12,9 milhões de toneladas. “Os estudos mostram ainda que é possível incorporar nos próximos anos mais de 10,0 milhões de hectares

para a produção de trigo e outros cultivos de inverno, elevando ainda mais o potencial produtivo.”

O ministro Reinhold Stephanes classificou como importantes todas as sugestões que foram apresentadas pelas entidades paranaenses. “Acredito que muitas delas poderão ser absorvidas dentro do próximo plano de plantio”, disse. Ele citou como exemplo a preocupação em proteger o trigo nacional contra a concorrência predatória de produtos importados. “Esta é uma questão complicada, mas que em algumas situações já há uma linha de ação. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, está decidido que faremos retaliação, ou seja, não importaremos mais trigo americano. Quanto ao Canadá, que também subsidia a sua produção, o governo está disposto em aumentar a TEC para 30%. Mas em relação à Argentina e Uruguai, que têm aumentando a produção, está difícil estabelecer cotas, no entanto, é certo que temos que impor alguma medida de salvaguarda”, afirmou.

Principais itens das propostas para o Plano Safra das culturas de inverno

1) Comercialização

- Manter o preço mínimo no valor atual, de R\$ 530,00 por tonelada, para o trigo de classe pão e tipo 1;
- Disponibilizar instrumentos de garantia de preços e comercialização, tais como: Leilões de prêmio para escoamento de produto (PEP), de contrato de opção de venda (CO), aquisição do Governo Federal (AGF) e alocação de recursos para Empréstimos do Governo Federal (EGF).

2) Recursos e Juros

- R\$ 2,3 bilhões para custeio da safra de trigo;
- Manter os juros de custeio em 6,75% ao ano;
- Isentar as operações de crédito rural para custeio e comercialização da cobrança de IOF.

3) Programas de Investimento

- Instituir o Programa de Investimento em Agroindústrias, visando fomentar a instalação de novas unidades moageiras exclusivamente nas regiões produtoras de trigo

4) Seguro Agrícola

- Agilizar a operacionalização do Projeto de Lei Complementar (PLP) 374/08, que autoriza a criação do Fundo de Catástrofe;
- Manter a subvenção de 70% ao prêmio do seguro, com cobertura mínima de 70% da produtividade média histórica do produtor ou do órgão oficial estadual;
- Aumentar os recursos do orçamento para subvenção de R\$ 238 milhões para R\$ 450 milhões.

5) Salvaguardas

- Manter a Tarifa Externa Comum - TEC - para o trigo e seus derivados em 10% de maneira a tornar consistente a política agrícola;
- Restrições à importação da farinha de trigo e pré-misturas de farinhas da Argentina;
- Implantar medidas para restringir a entrada física de trigo no território brasileiro no período de comercialização da safra nacional.

6) Produção de sementes

- Alocar recursos de EGF aos produtores

de sementes de trigo em montante e época adequados.

7) Legislação de Cabotagem

- Editar Normativo autorizando a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem, com objetivo de agilizar e reduzir os custos do transporte do trigo nacional e seus derivados ao longo da costa brasileira.

8) ICMS do Trigo e Derivados

- Estabelecer alíquota unificada do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, nas operações interestaduais com trigo e seus derivados.

9) Outras culturas de inverno

- Aumentar o preço mínimo da aveia e cevada em 25%;
- implantar o zoneamento agrícola para a aveia.

Mais dinheiro

para o campo

Sicredi ampliou em 30% o volume de recursos para financiamento agrícola na safra 2009/2010

Apostando nas notícias que sinalizam a recuperação da economia e animados pela perspectiva de safra cheia, os produtores aumentaram a busca por financiamento agrícola nas instituições bancárias. No Paraná, somente a Central Sicredi PR/SC emprestou aos produtores 716 milhões de reais para custeio da safra 2009/2010, valor 8% maior em relação ao montante contratado no mesmo período do ano passado. De acordo com Gilson Farias, gerente de crédito da Central Sicredi PR/SC, a expectativa é que este percentual de crescimento se mantenha até o final da safra 2009/2010.

O grande destaque na oferta de crédito rural no âmbito do Sicredi PR/SC é o incremento de 30% no aporte de recursos para os financiamentos agrícolas. Do montante contratado na safra 2009/2010, 218 milhões vieram do próprio Sicredi. “O aumento é significativo e nos permite garantir aos produtores que não faltarão recursos para financiar as lavouras”, afirma Farias.

A expansão do crédito rural aconteceu graças aos recursos da caderneta de poupança. No Sicredi, 70% do montante captado neste tipo de operação retorna para a região captadora na forma de crédito rural para os associados. “É uma maneira de incentivar as aplicações em poupança, já que os recursos são reinvestidos na própria região, mas também é um jeito de garantir mais recursos para os financiamentos agrícolas, fomentando o desenvolvimento de regiões que são essencialmente agri-

colas”, afirma o presidente da Central Sicredi, Manfred Dasenbrock.

Mudança - O aumento no aporte de recursos captados em poupança, e que possibilitou o incremento do crédito rural, se deve ao sucesso da campanha que o Sicredi PR/SC iniciou em março do ano passado e que deu identidade própria ao produto poupança. Deixou de ser simplesmente poupança e passou a ser Poupedi. Focada no público infantil, a campanha teve um expressivo resultado no Paraná. As cooperativas filiadas ao sistema captaram mais de 100 milhões de recursos em apenas seis meses.

“Fortalecemos assim a relação de parceria com os nossos associados, já que ao privilegiar uma operação financeira do Sicredi, o aplicador tem uma contrapartida importante, que é a garantia de que a sua região, ou mesmo a própria pessoa, caso se trate de um pro-

dutor, terá mais recursos para a safra”, disse Farias.

Linhas oficiais - Dos 546 milhões de reais contratados no Sicredi PR/SC por meio de linhas oficiais, merece destaque os desembolsos efetivados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujas contratações somaram 155 milhões de reais, e do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), que totalizaram 84 milhões de reais.

Investimentos - Na área de investimento, a previsão do Sicredi é que a colocação de recursos para esta safra totalize 184 milhões de reais, volume 10% superior em relação ao ciclo anterior. A maior parte dos recursos serão contratados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a longo prazo para linhas do Moderagro e Pronaf.



Destinação dos recursos da poupança permitiu o aporte maior de recursos

Foto: Assessoria Central Sicredi

Aplicação de recursos

CRESCCE 21%

Foto: Assessoria Ocepar



Financiamentos concedidos por meio das linhas oficiais totalizaram 57 bilhões de reais na safra 2009/2010

Um balanço do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Deagri/Mapa), divulgado em março, confirmou que a demanda por recursos para a safra 2009/2010 está aquecida nas instituições bancárias. Segundo os cálculos do Deagri, o desembolso de recursos para financiamento da safra totalizou 57 bilhões de reais, volume 21% maior em relação ao desembolso registrado no mesmo período do ciclo passado (2008/2009). Deste total, 6,5 bilhões de reais foram usados para financiar o custeio, investimento e comercialização da safra paranaense.

O aumento na concessão de recursos é um fato considerado importante pela gerência Técnica e Econômica (Getec) do Sistema Ocepar, porque ocorreu num momento de dificuldade para o setor produtivo, em função da crise financeira mundial. “O produtor estava sem recursos para viabilizar o custeio das lavouras. Além disso, o volume maior de recursos fez com que

os investimentos no setor agronegócio fossem retomados”, disse o gerente da Getec, Flávio Turra.

Do total de recursos, 49,3 bilhões de reais foram destinados à agricultura empresarial, sendo 39,2 bilhões para custeio e comercialização, e 6,4 bilhões em operações de investimentos. Do montante destinado a investimentos, 1,2 bilhão foi concedido ao setor cooperativo pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), valor 178% superior em relação à safra passada.

Outro aumento considerável ocorreu no Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa), em que o volume de recursos passou de 61,2 milhões de reais na safra 2008/2009 para mais de 290 milhões de reais. “Esse aumento (mais de 370%) é resultado da disseminação do programa junto aos bancos”, disse o diretor do Deagri, Wilson Araújo. Segundo ele, também foi significativa a demanda por

recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). A concessão de recursos por meio do Proger Rural totalizou 2,1 de bilhões de reais, incluindo os recursos de custeio e investimento, volume três vezes maior ao aplicado na safra 2008/2009.

Destaque ainda para as Linhas Especiais a Juros Controlados, principalmente, a concessão de recursos pelo Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK). Entre julho de 2009 a fevereiro deste ano, a aplicação por meio deste programa somou mais de 2,65 bilhões de reais. Os recursos são oriundos do BNDES a juros de 4,5% ao ano, e são destinados para compra de maquinário agrícola. Em função da boa procura, o governo decidiu prorrogar até dezembro deste ano o prazo de vigência do PSI-BK. Para quem encaminhar projetos para habilitação nesta linha de financiamento até o final de junho, a taxa de juros será mantida em 4,5%, depois desse prazo a taxa será de 5,5% ao ano.

Fontes ou programas	Safra 2008/2009 (em bilhões de reais)	Safra 2009/2010 (em bilhões de reais)	Variação (%)
1 - Custeio e comercialização	34,2	39,2	14,5
1.1- Juros Controlados	27,0	31,4	16,5
1.2 Juros Livres	5,4	6,7	24,0
2 - Investimento	6,2	6,4	3,0
2.1 Programas BNDES	2,6	2,4	8,0
2.2 Demais fontes/programas	3,6	4,0	11,0
3 - Linha Especiais a Juros Controlados	-	3,6	-
3.1 - BNDES PSI-BK (4,5% aa)	-	2,6	-
Total Agricultura Empresarial	40,5	49,3	22,0
Agricultura Familiar (Pronaf)	6,6	7,8	18,0
Agricultura Total	47,2	57,1	21,0

Fonte : Deagri/Mapa

Exportações ultrapassam US\$ 1,4 bilhão

Apesar da crise mundial, vendas externas das cooperativas paranaenses cresceram em 2009 e estado lidera ranking nacional

Apesar do cenário econômico conturbado em 2009, as cooperativas do estado mantiveram o ritmo das exportações e alcançaram resultado recorde, com embarques de US\$ 1,468 bilhão. As vendas cresceram 1,8% em comparação ao ano de 2008, índice expressivo se comparado ao desempenho das exportações brasileiras e paranaenses, que caíram, respectivamente, 22,7% e 26,3%, consequência direta da crise mundial. “A diversificação de produtos e mercados garantiu a boa performance das cooperativas do Paraná, que desde 1999 ampliam continuamente suas exportações. A credibilidade conquistada junto aos compradores internacionais também explica a constância nas vendas do setor”, explica o analista técnico e econômico

da Ocepar, Robson Mafioletti.

Atualmente, as cooperativas do estado exportam cerca de 60 produtos para mais de 100 países. “O complexo soja responde pela maior parte dos embarques, com destaque em 2009 para o crescimento das vendas de farelo, que chegaram a US\$ 459 milhões, ante US\$ 316 milhões negociados em 2008”, avalia Mafioletti. “Alemanha e China seguem sendo os principais compradores das cooperativas do estado, seguidos por França e Holanda”, relata.

Liderança – O Paraná fechou 2009 liderando o ranking brasileiro das exportações cooperativistas, respondendo por 40,5% das vendas externas do setor. No total, as cooperativas do Brasil exportaram US\$ 3,6 bilhões no ano passado.

“As vendas dos complexos soja, milho e sucroalcooleiro tiveram mais peso na pauta comercial do setor. Por outro lado, cooperativas com atuação maior em carnes e café sofreram pressão negativa do mercado e os resultados foram inferiores a 2008”, afirma Mafioletti.

Depois do Paraná, as cooperativas de São Paulo alcançaram o segundo melhor desempenho do país, com vendas de US\$ 1,097 bilhão. Os dois estados respondem por 70,7% do total exportado pelo setor. Do total dos embarques, produtos do complexo soja respondem por 32,1%, enquanto vendas do segmento sucroalcooleiro representam 31,3%. Carnes (17%) e café (8,3%) também são itens importantes no comércio internacional cooperativista.



Foto: Arquivo Ocepar

Fotos: Assessoria Ocepar

Exportações das cooperativas em 2009 e variação percentual sobre o mesmo período de 2008 (US\$ milhões)

COOP. ESTADO	Janeiro a Dezembro de 2008	Janeiro a Dezembro de 2009	Variação (%)
Brasil	4.010,54	3.627,66	-9,5%
Paraná	1.442,48	1.468,26	+1,8%
São Paulo	951,46	1.097,80	+15,4%
Minas Gerais	410,56	315,01	-23,3%
Rio Grande do Sul	406,89	233,41	-42,6%
Santa Catarina	316,52	206,87	-34,6%
Mato Grosso	137,54	181,79	+32,2%
Outros Estados	345,09	124,52	-93,9%

Fonte: Mdic/Secex/OCB, Elaboração: Ocepar/Getec – Janeiro/2010.

Dez principais países importadores das cooperativas paranaenses em 2009

PAÍS	Ano 2009	Ano 2008	Variação (%)
ALEMANHA	289,40	310,79	-6,9%
CHINA	205,47	169,55	+21,2%
FRANÇA	143,63	58,63	+145,0%
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	141,64	137,86	+2,7%
JAPAO	95,81	187,23	-48,8%
HONG KONG	74,18	62,62	+18,9%
COREIA DO SUL	53,23	24,48	+117,4%
BANGLADESH	47,65	4,59	+937,0%
REINO UNIDO	47,29	34,14	+37,4%
INDIA	42,56	36,56	+16,4%
TOTAL	1.468,26	1.442,48	+1,8%

Fonte: MDIC/SECEX/OCB. Elaboração: Ocepar/Getec – Janeiro/2010.

Comparativo geral das exportações

Exportações	Ano 2008	Ano 2009	Variação (%)
1) COOPERATIVAS – BR	4,01	3,63	-9,5%
2) COOPERATIVAS – PR	1,44	1,47	+1,8%
3) AGRONEGÓCIO – BR	71,80	64,75	-9,8%
4) PARANÁ	15,22	11,22	-26,3%
5) BRASIL	197,94	152,99	-22,7%

Fonte: Mdic/Secex/Ocb, Elaboração: Ocepar/Getec – janeiro/2010.

Cooperativas paranaenses

principais itens comercializados (2009)

- **Complexo soja** – US\$ 855 milhões
- **Carnes** – US\$ 341 milhões
- **Álcool e açúcar** – US\$ 128 milhões
- **Milho** – US\$ 46 milhões
- **Outros** – US\$ 100 milhões

Fonte: Ocepar/Getec



Foto: Assessoria Ocepar

Informação e

conhecimento

Estande da Ocepar: cerca de 700 pessoas participaram das palestras

Sistema Ocepar promove ciclo de palestras sobre agronegócio durante o Show Rural 2010

Com a finalidade de levar informação e conhecimento para os produtores rurais e outros agentes da cadeia produtiva, o Sistema Ocepar promoveu um Ciclo de Palestras sobre Agronegócio durante a 22ª edição do Show Rural Coopavel, um dos mais importantes eventos agropecuários do país. O evento aconteceu de 08 a 12 de fevereiro, em Cascavel, no oeste do Paraná.

Cerca de 700 pessoas assistiram as palestras, realizadas num auditório montado no estande da Ocepar. As perspectivas para o agronegócio e para a economia em 2010, estimativas de safra e de clima, tendências de preços, e os principais gargalos do setor produtivo, como as dificuldades de armazenagem, foram alguns dos assuntos tratados pelos palestrantes, entre os quais, o economista Alexandre Mendonça de Barros da MB Consultoria, José Maria dos Anjos, diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pe-

cuário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (Mapa), o professor Eugênio Stefanello, da UFPR e Conab. Também ocorreram palestras sobre saúde e qualidade de vida, ministradas com o apoio da Unimed de Cascavel, e palestras técnicas realizadas pela Coodetec e pelo CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia.

Projeções Otimistas - De acordo com os especialistas, as projeções indicam que a economia está se recuperando da grave crise financeira que afetou o mundo inteiro nos anos anteriores e que o clima, que também prejudicou as lavouras no ano passado, será mais favorável este ano. Por outro lado, mesmo com a previsão de safra cheia, há a necessidade do governo intervir no mercado, já que o país é deficiente em armazenagem e os preços mínimos estão em queda, o que demanda medidas de apoio à comercialização.

Ao avaliar o Ciclo de Palestras, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo

Koslovski, disse que o caráter informativo e factual das abordagens permite realizar um diagnóstico do atual momento do agronegócio e da perspectivas do setor. “No mundo em que vivemos, uma das principais ferramentas é a informação. E foi pensando nisso que abraçamos a ideia de promover durante o Show Rural um ciclo de palestras sobre preços e mercado”, disse.

Presença garantida - Tradicionalmente, o Sistema Ocepar marca presença no Show Rural. Este ano o estande do Sistema foi montado em parceria com a Coodetec – Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola. No local, foi realizada uma exposição de produtos cooperativos industrializados com a finalidade de mostrar o que as cooperativas paranaenses representam para a economia do estado. Além disso, a reunião mensal de diretoria do Sistema Ocepar aconteceu no Show Rural, como forma de prestigiar o evento.

Show Rural

A expressão do agronegócio nacional

A 22.^a edição do Show Rural reuniu 342 expositores, de diversas regiões do país, e recebeu 180.729 pessoas, superando em 20% a expectativa de público dos organizadores. Com foco na difusão de tecnologia, o evento antecipou com exclusividade as tendências para o agronegócio nacional. Ao todo, foram apresentados 3,8 mil experimentos nas áreas agrícola, de pecuária, ambiental e de diversificação rural. “O evento foi coroado de total êxito, tanto em público como em negócios”, disse o presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, lembrando que foram movimentados cerca de R\$ 600 milhões em negócios, com a comercialização de 1,2 mil máquinas,

equipamentos e implementos agropecuários.

Dilvo afirma que a principal contribuição do Show Rural é possibilitar que o produtor rural tenha acesso as últimas novidades tecnológicas. “Isto é importante porque o grande desafio do setor rural é conseguir aumentar a produtividade, e isto é uma questão de decisão, de pegar um novo modelo de gestão, uma tecnologia de sementes, de plantio e de equipamentos, levar tudo isso para a propriedade e administrar. O produtor de hoje e do futuro é um administrador de implantação de tecnologias na sua propriedade. Ele tem que estar consciente de que só vai ficar na sua

propriedade se tiver tecnologia e produtividade”, afirmou.

Edição de 2011 – Com o fim da edição deste ano, as atenções se voltam para a organização da próxima edição do Show Rural, que deve acontecer de 07 a 11 de fevereiro de 2011. “Estamos trabalhando na sua realização desde dezembro de 2009. O que podemos adiantar é que muitas melhorias serão implantadas. Aliás esta é a cara do evento: inovar a cada edição, trazendo sempre novas oportunidades e um ambiente diferenciado. Tem que ser assim para que os visitantes sintam o que é mudança e queiram voltar todos os anos”, concluiu o coordenador do evento Rogério Rizardi.

Quer o máximo em qualidade e produtividade ?

SEMENTES INTEGRADA

Uma Boa safra começa aqui



www.integrada.coop.br

Com unidades de beneficiamento em Londrina, Mauá da Serra e Santa Cecília do Pavão, buscamos sempre as melhores sementes adaptadas para cada região. Isso porque sabemos que uma alta produtividade começa com uma boa semente.

SISTEMA DE MANEJO DE BUVA RESISTENTE EM SOJA - Pré-lançamento

TEC apresenta
a de manejo de
sistente em SOJA

CD 236RR (STS): 40 dias após a dessecção

Efeito da sulfoniluréia na buva



Manejo de dessecção de buva resistente



Área manejada em pré-plantio, com sulfoniluréia

STS: soja tolerante a sulfoniluréias.

Sulfoniluréias: grupo químico de herbicidas.

Cultivares de soja STS:

contêm um gene que aumenta a degradação do herbicida na planta, proporcionando alta tolerância.

OBJETIVO DO SISTEMA:

Controle de buva, ampliando o uso de herbicidas em plantio direto.

UTILIZARÁ UMA SULFONILURÉIA

CD 236RR-ST

Com HERBICIDA

Dessecção de pré-plantio (para 2010/11)

pós-emergência (do outono para 2011/12)

MANEJO DE BUVA
COM SOJA STS

Dessecção de manejo

RR+STS

Área de plantio

Área de plantio

Glifosato

2,4-D

Paraquat

Sulfoniluréia

Convencional+STS

Área de plantio

Área de plantio

Glifosato

2,4-D

Paraquat

Sulfoniluréia

CARACTERÍSTICAS:

Eficiência no manejo da buva resistente.

Resistência na soja para supressão de banco de sementes.

Não causa danos aos cultivares STS garantindo o potencial produtivo.

Cultivares com genes de tolerância a sulfoniluréias (desempenho em campo).

Possibilita o uso de herbicidas (sulfoniluréias) para controle de plantas resistentes ao glifosato.

Valida o controle de buva (Coryza spp.).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

Aumenta a tolerância a herbicidas (glifosato).

CUIDADOS NO USO
DA TECNOLOGIA STS

Utilizar somente CULTIVARES

DE SOJA CD 236RR e CD 238RR STS.

Utilizar SULFONILURÉIA

ESPECÍFICA PARA SOJA STS.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

Não utilizar outros produtos químicos

na lavoura.

ESTA TECNOLOGIA ESTARÁ
DISPONÍVEL EM 2010/11

Cultivares

RR

Convencionais

CD 236RR (STS)

CD 216 (STS)

CD 249RR (STS)

CD 224 (STS)

CD 250RR (STS)

CD 252 (STS)

Foto: Assessoria Ocepar

esta semente tem
TECNOLOGIA

COODETEC

CD 226RR

em HERBICIDA

Coodetec

lança novo sistema de manejo de buva

Área demonstrativa da cooperativa no Show Rural: informações sobre as vantagens e benefícios do sistema

A preocupação em levar informação e conhecimento aos produtores rurais uniu o Sistema Ocepar e a Coodetec – Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, em um mesmo estande no Show Rural 2010. O objetivo foi reforçar a mensagem de que a tecnologia é essencial para o setor produtivo, além do fato de que o setor cooperativo, por meio da Coodetec, está contribuindo para o desenvolvimento tecnológico no país.

“Nunca tivemos um momento tão interessante no evento, que é propiciar que o produtor tenha, num mesmo espaço, a pesquisa e ao seu lado a instituição Ocepar, que representa todas as cooperativas do estado. Isto foi importante porque contrapõe a ideia de que o Show Rural pertence a uma cooperativa, quando na verdade este evento é do cooperativismo e da agricultura”, disse o presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, que também integra a diretoria da Ocepar.

A Coodetec aproveitou o Show Rural 2010 para apresentar algumas novidades em híbridos de milho e cultivares de soja, além do novo sistema de manejo de buva resistente em soja. Este último é uma conquista decisiva para os proprietários de mais de quatro milhões de hectares da região Sul, hoje infestados pela buva (*Conyza bonariensis* e *Conyza canadensis*), planta daninha que pode comprometer até 40% da safra de soja. O sistema utilizará uma ferramenta alternativa e menos agressiva para o meio ambiente.

Outra novidade é que, além da soja convencional, transgênica RR, a partir de agora, a Coodetec passa a contar com soja STS (Soja Tolerante a Sulfoniluréias). “Pesquisamos uma solução para o controle de buva, ampliando o uso de herbicidas do grupo sulfoniluréias (grupo químico de herbicidas) em plantio direto da soja”, explica o diretor executivo da Cooperativa, Ivo Marcos Carraro. Ele lembrou

ainda que a tecnologia STS é de livre utilização, sem cobrança de royalties.

Essas variedades, que já estão disponíveis para a Safra de 2010/2011, contêm um gene que aumenta a degradação do herbicida na planta, proporcionando alta tolerância, além de garantir o potencial produtivo. “Além das vantagens competitivas em relação à produtividade, sanidade e adaptação às diferentes condições regionais, a Coodetec cumpre sua missão, agregando a estes cultivares um diferencial aguardado pelos produtores. As novas alternativas de herbicidas que poderão ser aplicados representam economia e maiores níveis de eficiência”, explica o presidente da Cooperativa, Irineo da Costa Rodrigues. Ele destaca ainda que o sistema viabiliza a manutenção do processo de plantio direto nas áreas infestadas, o que não estava mais ocorrendo, com prejuízos à conservação do solo e do meio ambiente.

A cada nova descoberta, um novo horizonte.

Ampliar as perspectivas e promover apoio irrestrito ao cooperado é uma das grandes missões da nossa cooperativa. Isto é o que move a Cocamar e a faz investir continuamente na descoberta e promoção de novas tecnologias de cultivo, oferecendo ao homem do campo mais oportunidades e novos horizontes.

IF FACTORY



cocamar®



Lançada a

Agenda Legislativa 2010

OCB e Frencoop apresentaram, em Brasília, o posicionamento do cooperativismo em relação aos projetos em tramitação no Congresso Nacional

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) lançaram, na manhã de 03 de março, a Agenda Legislativa do Cooperativismo 2010. A solenidade foi conduzida pelos presidentes da OCB, Marcio Lopes de Freitas, e da Frencoop, deputado federal Odacir Zonta, na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília (DF). O evento contou com a presença do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de parlamentares e representantes do governo e de outras instituições. O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, e o superintendente José Roberto Ricken

também prestigiaram o lançamento. "A Agenda é um instrumento importante de acompanhamento da Organização das Cooperativas Brasileiras e das organizações estaduais e dos próprios parlamentares que integram a Frencoop, para que, efetivamente, prevaleçam os interesses do cooperativismo", afirmou Koslovski. Participaram do evento 48 parlamentares, entre os quais os paranaenses senador Osmar Dias, os deputados federais Dilceu Sperafico, Moacir Micheletto, Eduardo Sciarra e André Zacharow.

Proposições - Este ano, a publicação, que está em sua quarta edição, traz o posicionamento do Sistema Cooperativista Brasileiro sobre 58 proposições,

além de fazer alusão aos 40 anos da entidade representativa do setor, a OCB. "A Agenda tornou-se referência para os parlamentares da Frente Parlamentar do Cooperativismo, funcionando como um guia para a atuação no Legislativo e em articulações junto aos demais Poderes. Esse trabalho conjunto entre OCB e Frencoop tem somado vitórias importantes para o cooperativismo brasileiro. Os resultados dessa atuação em 2009 também estão relacionados nessa edição", afirmou Freitas.

Desafios - "Além das conquistas do ano legislativo de 2009, a edição aponta os principais desafios para este ano como o novo código florestal, a re-

lação com as agências reguladoras e o ato cooperativo", explicou Zonta. São abordados em uma seção especial decretos presidenciais sobre meio ambiente e direitos humanos, além de outras legislações pertinentes ao segmento e também relevantes. O Sistema Cooperativista Brasileiro, formado por 7.261 cooperativas, 8.252.410 milhões de associados e 274.190 empregados, representa hoje 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, 40% do PIB agropecuário nacio-

nal e tem uma receita em exportações de US\$ 3,6 bilhões. Para ampliar a força representativa do cooperativismo foi criada em 1986 a Frencoop, que conta atualmente com o comprometimento de 240 parlamentares - 216 deputados federais e 24 senadores. O presidente da OCB fez uma avaliação a respeito da publicação que está em sua quarta edição. "O rendimento operacional dentro do Congresso melhorou muito, mas, sem dúvida, devemos muito aos deputados

que compõem a Frencoop. Sem eles não teríamos conquistado espaço na Câmara e no Senado", enfatizou.

Homenagem – Durante a solenidade, o relator da comissão especial criada na Câmara dos Deputados para alterar as atuais regras ambientais, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), recebeu das mãos do presidente da OCB uma placa em homenagem à dedicação do parlamentar em prol das causas cooperativistas.



Congresso do cooperativismo acontece em setembro

De 9 a 11 de setembro acontecerá em Brasília o XIII Congresso Brasileiro do Cooperativismo. O evento é uma iniciativa do Sistema OCB, e terá como tema "Cooperativismo e Sustentabilidade: O Sistema OCB e o desafio da inovação". As discussões também terão como propostas avaliar o passado, analisar o presente e pensar nos desafios para o futuro. "É um evento para refletir e repensar as estratégias do setor em todos os seus ramos de atuação", explicou.

Segundo Freitas, o Congresso debaterá quatro temas fundamentais: modelos de gestão, relação política e institucional; sustentabilidade do sistema de representação e atuação competitiva no mercado. "Vamos discutir com os cooperativistas, saber o que eles esperam da OCB e das organizações estaduais. Buscar também um posicionamento do cooperativismo, uma agenda com as reivindicações políticas em prol do setor", indicou.

Na opinião do dirigente, diante de um mercado cada vez mais marca-

do pela concentração, as cooperativas precisam articular estratégias que as fortaleçam. "Sobretudo precisamos de criatividade, sair do discurso e agir. É hora de aplicar modelos que tragam ganhos de competitividade, por meio da intercooperação ou redes de atuação", afirma. "Os modelos de governança e profissionalização também serão temas importantes do Congresso de Cooperativismo. Vamos debater o papel do SESCOOP e os caminhos a serem trilhados", concluiu.

Inconstitucional ou não?

Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da contribuição gerou dúvidas por todo o país

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade da contribuição social do produtor rural empregador (Funrural) provocou muita discussão no setor produtivo. “Há muitas dúvidas em relação à abrangência e efeitos desta decisão, e também em relação a sua aplicabilidade”, disse o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, durante reunião com dirigentes e advogados ligados às cooperativas paranaenses, no dia 23 de fevereiro, em Curitiba.

O assunto ganhou repercussão nacional quando o STJ declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei 8.540/92 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 363852, interposto pelo Frigorífico Mataboi S.A., do Mato Grosso do Sul, por entender que a contribuição previdenciária do Funrural foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido. Mas como o julgamento do STF ocorreu em um processo específico, do respectivo frigorífico, e não em uma ADIN (Ação Direta de

Inconstitucionalidade), a decisão não atinge todos os produtores rurais empregadores do Brasil, sendo necessário o ingresso na Justiça para obter os efeitos que a declaração de inconstitucionalidade produz. “Decidimos reunir as cooperativas para analisar as possibilidades de entrar ou não na justiça. É um assunto importante e que preocupa, afinal, a questão jurídica não está dissociada da questão econômica”, ponderou Ricken.

O assessor jurídico da Ocepar, Paulo Roberto Stöberl, resume as discussões em torno do Funrural em três grandes pontos: a necessidade de medida judicial para a declaração de inconstitucionalidade; a autorização obtida em assembleia para a cooperativa agir; e a necessidade de separar a questão em dois momentos - passado (recuperação dos valores recolhidos) e presente (decisão sobre os recolhimentos futuros).

Na sua opinião, no entanto, o fato mais urgente é a decisão que as cooperativas devem tomar em relação a reter ou não o recolhimento. Existem cinco hipóteses possíveis para esta questão: a

retenção e o não recolhimento, medida que a assessoria jurídica da Ocepar desaconselha porque configura crime de apropriação indébita; a retenção e o recolhimento; a retenção e o depósito em juízo; a não retenção e o depósito em juízo; e simplesmente a não retenção, postura que pode resultar em autuação da Receita Federal do Brasil e multa, suscitando defesa. “A Ocepar entende que sua função é estudar o caso e analisar as várias opções que cada cooperativa possui para agir e, dentro destas opções, avaliar os percalços de uma ou de outra ação”, completa o Stöberl.

Presente no encontro, o coordenador jurídico da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Adriano Campos Alves, considerou produtivas as discussões promovida pela Ocepar. “Debates como este são fundamentais para a construção de um posicionamento da OCB, que busca resguardar e defender os interesses dos cooperados e das cooperativas”, afirmou. Segundo o advogado, a organização está avaliando as peculiaridades de cada estado antes de firmar uma posição definitiva.



Foto: Assessoria Ocepar

Em reunião na Ocepar, dirigentes e advogados do setor cooperativo analisaram a abrangência e os efeitos do julgamento do STF

75 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS

Essa é a marca que o BRDE e o sistema Ocepar, junto com o BNDES, querem ajudar a construir para a safra de 2010/2011.

O BRDE tem orgulho de financiar a produção do seu Estado e apoiar os projetos de muitos produtores. Essa parceria forma o compromisso de garantir uma safra de 75 milhões de toneladas de grãos em 2010/2011 ao país. Para isso, o BRDE convoca produtores, cooperativas e associações do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para conquistar essa meta.



Ouvidoria DDG 0800.600.1020



BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO
EXTREMO SUL

VII Prêmio OCEPAR 2010 de Jornalismo

TEMA • Cooperativismo:
organização econômica
e social que desenvolve
comunidades e pessoas



Inscrições até:
12 de Julho de 2010

Matérias publicadas
ou veiculadas entre
1º de janeiro a
12 de julho de 2010

Informações: 41.3200.1100 | imprensa@ocepar.org.br | www.ocepar.org.br

Iniciativa:



Apoio:

